



**GABRIELA CHIARELI DE SOUSA**

**MOVIMENTO ESTUDANTIL DA UNICAMP: UMA ANÁLISE DA  
PARTICIPAÇÃO COLETIVA E DA CONSCIÊNCIA POLÍTICA**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**

**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

**CAMPINAS**

**2011**



**GABRIELA CHIARELI DE SOUSA**

**MOVIMENTO ESTUDANTIL DA UNICAMP: UMA ANÁLISE DA  
PARTICIPAÇÃO COLETIVA E DA CONSCIÊNCIA POLÍTICA**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado como exigência parcial para  
o curso de Pedagogia da Faculdade de  
Educação – UNICAMP, sob orientação do  
Prof. Dr. Salvador A. M. Sandoval

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**

**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

**CAMPINAS**

**2011**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA  
DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO/UNICAMP  
Rosemary Passos – CRB-8ª/5751

So85m Sousa, Gabriela Chiareli de, 1986-  
Movimento estudantil da UNICAMP: uma análise da  
participação coletiva e da consciência política / Gabriela  
Chiareli de Sousa. -- Campinas, SP: [s.n.], 2011.

Orientador: Salvador Antônio Mireles Sandoval.  
Trabalho de conclusão de curso (graduação) –  
Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de  
Educação.

1. Movimento estudantil. 2. Consciência política. 3.  
Política social. I. Sandoval, Salvador Antônio Mireles. II.  
Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de  
Educação. III. Título.

12-034-BFE

**BANCA EXAMINADORA**

Campinas, 10 de dezembro de 2011

---

Prof. Dr. Salvador A. M. Sandoval

---

Prof. Dr. Vicente Rodrigues

## **DEDICATÓRIA**

À minha mãe Roseli, que com grande esforço pode cuidar e educar a mim e a minhas irmãs com simplicidade, carinho e dedicação. E não mediu esforços para que eu pudesse cursar uma universidade pública, sonho que busquei e conquistei.

Ao meu pai Guaracy, às minhas irmãs Jéssica e Beatriz, à minha avó Therezinha que como uma família, sempre apoiaram minhas decisões.

Aos meus sobrinhos Guilherme e Sérgio que são os motivos pelos quais faço da minha vida uma luta cotidiana, na tentativa de construir as bases da transformação da nossa sociedade e deixar um mundo melhor para nossas crianças.

Ao Leandro, companheiro que teve papel fundamental em minha trajetória de vida e que soube compreender e me apoiar nos momentos mais difíceis de minha vida...

### **Nada é Impossível de Mudar – Bertold Brecht**

Desconfiai do mais trivial, na aparência singela.

E examinai, sobretudo, o que parece habitual.

Suplicamos expressamente: não aceiteis o que é de hábito como coisa natural, pois em tempo de desordem sangrenta, de confusão organizada, de arbitrariedade consciente, de humanidade desumanizada, nada deve parecer natural, nada deve parecer impossível de mudar.

## **AGRADECIMENTOS**

Aos companheiros da luta por uma sociedade mais justa: Carol, Reginaldo, Arthur, Sérgio, Paulo, Nara, Mariana, Ronald, Lunara, Rodrigo, Pedro, Marina, Ricardo, Matheus, Jeff e tantos outros os quais compartilhei importantes momentos de minha vida na universidade e também fora dela.

Aos eternos amigos da Faculdade de Educação: Eduardo, Beatriz, Damaris, Valéria, Nôva, Patrícia, Sandra, Geise, Larissa e Felipe que juntos pudemos tornar a dura luta por educação pública, gratuita e de qualidade muito mais divertida e emocionante.

Ao todos aqueles que lutaram e ainda lutam por uma sociedade livre da exploração social, do racismo, do machismo e da homofobia.

Ao movimento estudantil que com todas as suas dificuldades ensinou e ainda ensina importantes lições de democracia, participação social e comprometimento.

Ao meu orientador Salvador Sandoval por me fazer acreditar que a união entre a psicologia e a sociologia é possível e traz importantes resultados.

“Por um mundo onde sejamos  
socialmente iguais, humanamente  
diferentes e totalmente livres”.

**Rosa Luxemburgo**

## **RESUMO**

Este trabalho tem como objetivo refletir sobre a situação político-organizativa do movimento estudantil da Unicamp nos tempos atuais do capitalismo. Para isso, dialoga com a problemática da conscientização política sob a perspectiva marxista e com o Modelo Analítico para o Estudo da Consciência Política, de Sandoval (1989; 1994; 1997; 2001), buscando também na história a constituição de uma Identidade para o Movimento Estudantil Brasileiro. Finalizamos este trabalho com uma análise, sob a perspectiva do Modelo Analítico, dos dados colhidos no trabalho de iniciação científica intitulado: “O movimento estudantil e o processo de conscientização política dos estudantes na Universidade Estadual de Campinas”, realizado no primeiro semestre de 2011. Posteriormente apontamos conclusões parciais da análise em questão.

**Palavras-Chave:** Movimento Estudantil, Consciência Política, Psicologia Social.

## **SUMÁRIO**

### **Introdução**

**Capítulo 1:** A Problemática da Conscientização Política na Perspectiva Marxista

**Capítulo 2:** Modelo Analítico para o Estudo da Consciência Política

**Capítulo 3:** Movimento Estudantil: Construindo uma Identidade de Luta

**3.1:** Movimento Estudantil Brasileiro: A Juventude em Luta

**3.2:** Movimento Estudantil na Universidade Estadual de Campinas

**Capítulo 4:** ME Unicamp: Uma análise da Participação Coletiva através do Modelo

Analítico para o Estudo da Consciência Política

**4.1:** Breve Descrição dos Dados de Pesquisa

**4.2:** O Movimento Estudantil e as Dimensões Sócio-Psicológicas

**Considerações Finais**

**Referências Bibliográficas**

## **SIGLAS**

AI – Ato Institucional

AIE – Aparelhos Ideológicos de Estado

ANEL – Assembleia Nacional dos Estudantes Livre

CA – Centro Acadêmico

CAAL – Centro Acadêmico Adolfo Lutz

CAB – Centro Acadêmico da Biologia

CABS – Centro Acadêmico Bernardo Sayão

CACBC – Centro Acadêmico dos Cursos Básicos de Ciências

CACE – Centro Acadêmico de Ciências Exatas

CACH – Centro Acadêmico de Ciências Humanas

CAEA – Centro Acadêmico da Engenharia Agrícola

CAEQ – Centro Acadêmico dos Estudantes de Química

CAF – Centro Acadêmico da Física

CAFEA – Centro Acadêmico da Faculdade de Engenharia de Alimentos

CAMECC – Centro Acadêmico da Matemática e Computação Científica

CAXD – Centro Acadêmico X de Dezembro

CEE – Conselho Estadual de Educação

CONEB – Conselho Nacional das Entidades de Base da UNE

CONLUTE – Coordenação Nacional de Lutas do Estudante

DAFEAA – Diretório Acadêmico da Faculdade de Engenharia e de Alimentos

DCE – Diretório Central dos Estudantes

ENE – Encontro Nacional de Estudantes

ENADE – Exame Nacional de Desempenho do Estudante

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FLUCRU – Frente de Luta Contra a Reforma Universitária

FOE – Frente de Oposição de Esquerda

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

ME – Movimento Estudantil

PROUNI – Programa Universidade Para Todos

PL – Projeto de Lei

PT – Partido dos Trabalhadores

UEE – União Estadual dos Estudantes

UNB – Universidade de Brasília

UNE – União Nacional dos Estudantes

UNESP – Universidade Estadual de São Paulo

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

USP – Universidade de São Paulo

REUNI – Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SUBA – Sociedade e Universidade em Busca de Alternativas

## INTRODUÇÃO

Na história das lutas sociais, os estudantes foram importantes sujeitos históricos que conseguiram intervir nos rumos da política governamental em diversos países, inclusive no Brasil. Das lutas pelas reformas de base, na época de João Goulart às lutas pela redemocratização do país, no final da década de 1980, os estudantes marcaram presença massiva como porta-vozes radicais das camadas médias brasileiras. São exemplos disso: a “greve do 1/3”, em 1962, pela participação de 1/3 de estudantes nos órgãos colegiados das universidades; a luta contra a “Lei Suplicy”<sup>1</sup>, em 1964; a luta pela Reforma Universitária e contra a reforma dos militares, em 1968; a luta contra a violência ditatorial que tem seu ápice em 1968, gerando importantes movimentos de massas; a própria luta contra a ditadura militar e pela redemocratização, principalmente no final dos anos 1970. (MARTINS FILHO, 1998).

A conjuntura do movimento estudantil a nível nacional também terá seus reflexos na Universidade Estadual de Campinas, campo de estudo do presente trabalho. Os estudantes da Unicamp, imersos nessa conjuntura política de luta contra a ditadura militar<sup>2</sup>, também tiveram um papel importante na luta pelos direitos estudantis. São exemplos a “Greve das Humanas”, em 1974, contra a cobrança de apostilas; as manifestações contra o assassinato de Vladimir Herzog, em 1975; o “pula-catraca” dos ônibus e do restaurante, em 1976; os dias nacionais de luta, em 1977; e em 1981, a luta contra a intervenção governamental na Universidade (PEREIRA, 2006).

No entanto, já nas lutas pela redemocratização é possível perceber uma redução na mobilização estudantil, se comparada às mobilizações anteriores. No ápice do movimento estudantil de massa em 1977, as manifestações reuniam apenas 10 ou 15 mil pessoas (MARTINS FILHO, 1998). A partir daí, o movimento estudantil brasileiro teve atuação

---

<sup>1</sup> Lei em referência ao então ministro da Educação Flávio Suplicy de Lacerda

<sup>2</sup> A fundação da Unicamp data de 1964, ano do golpe militar.

pontual como: as “Diretas Já”, o “Fora Collor”, ou mesmo atuações específicas como na Unicamp a luta pela Autonomia Universitária em 1989.

Como explicar essa derrocada da atuação de massas do movimento estudantil, que anos antes era linha de frente das lutas sociais? Podemos começar a responder esta questão tomando como foco alguns aspectos importantes. Dentre eles, a influência da conjuntura econômica, política e social, sob as gerações estudantis, é ponto relevante a se destacar. Para compreendermos melhor essa relação, nos diz Martins Filho:

Enquanto a geração de 1968 vivenciara um clima político interno de intensa resistência à militarização e uma conjuntura externa de grande avanço das lutas populares e anti-imperialistas (Guerra do Vietnã, Revolução Cultural, guerrilhas inspiradas na Revolução Cubana) a geração de 1977 vivera a aniquilação da política no período Médici. Na América Latina, o fim da experiência socialista de Salvador Allende no Chile parecia consolidar a “era das ditaduras” nos países do Cone Sul. Além disso, enquanto a geração de 1968 se formara no apogeu da cultura de esquerda, herdeira do nacionalismo pré-64, politizada, contestadora e acentuadamente literária, a geração de 1977 não apenas sofrera os efeitos da censura, mas, o que é mais duradouro, já vivenciara as novas formas de produção cultural da moderna mídia, cuja implantação constituíra uma das meninas dos olhos do regime militar. Em outras palavras, o estudantado dos anos 1970 parecia apoiar a reconstrução das entidades que lhe tinham sido retiradas e apoiava a democracia no país – e sem dúvida apoiou a reconstrução da UNE, em 1979 –, mas não parecia disposto a acompanhar a esquerda na luta por uma democracia mais avançada (MARTINS FILHO, 1998, p. 22).

Não podemos deixar de comentar também o aspecto de expansão das universidades que em 1968 tinha 278 mil alunos e passou para 836 mil em 1973 – um aumento de 22% ao ano. Obviamente, em universidades particulares e de qualidade duvidosa. (MARTINS FILHO, 1998).

A partir de 1985 o aspecto mais importante de transformação da realidade é a desenfreada abertura de instituições de ensino universitário particular e junto dela um aumento expressivo no número de estudantes trabalhadores. Em 1994, os estudantes que trabalhavam já somavam 54,6% dos estudantes matriculados em universidades públicas e privadas. (MESQUITA, 2009).

Diante de toda a discussão exposta acima, é importante refletirmos que as transformações ocorridas no seio da sociedade, e conseqüentemente na universidade, tiveram

e ainda tem influência direta no processo de conscientização dos estudantes e sua participação no movimento estudantil.

Nesse sentido, é fundamental compreendermos o papel que o neoliberalismo<sup>3</sup>, em seus aspectos políticos, econômicos e ideológicos, terá sobre a conscientização dos estudantes. Para tanto, este trabalho pretende refletir sobre a situação político-organizativa do movimento estudantil da Unicamp nos tempos atuais do capitalismo.

A carência de estudos acerca do movimento estudantil contemporâneo é significativa. Nesse sentido, acreditamos que este trabalho poderá contribuir numa reflexão sobre as mudanças no processo de conscientização dos estudantes universitários e sua participação social.

Entretanto, para se alcançar essa finalidade é necessária uma metodologia que possa compreender o movimento social, nos aspectos macro e microssocial. Sandoval, 1989, nos trará a seguinte perspectiva a respeito da análise dos movimentos sociais em sociologia:

(...) vale pontualizar nos enfoques sociológicos os riscos de (...) subestimação da complexidade de sua dinâmica interna, como se fosse possível interferir esta dinâmica através de estruturas e categorias conceituais utilizadas para sua análise no plano macrosocial. (...) as análises sociológicas saltam das disposições individuais (atitudes, verbalizações etc.) para disposições grupais, deixando de elaborar teoricamente os processos mediadores e a natureza dos vínculos entre o indivíduo e a decisão coletiva do grupo (SANDOVAL, 1989, pág. 123).

Buscando uma metodologia mais completa e que englobe o movimento estudantil na sua complexidade, este trabalho compõe-se de uma discussão a respeito da conscientização, uma análise histórica do movimento estudantil brasileiro e seus reflexos na Unicamp e a análise de dados empíricos coletados ao longo do ano de 2011.

Sendo assim, os capítulos deste trabalho serão organizados da seguinte forma:

No capítulo inicial faremos uma discussão teórica a respeito da problemática da conscientização. São diversos os autores que refletirão sobre essa problemática, no entanto,

---

<sup>3</sup> Compreendemos neoliberalismo como uma reação do capitalismo para superar a profunda crise de 1979, que no Brasil se manifestou através das privatizações, abertura comercial, desregulamentação financeira e do mercado de trabalho (Granzotto, 2010).

para esse trabalho, decidimos trabalhar com as contribuições no âmbito marxiano, posto que acreditamos ser necessário compreender a realidade numa perspectiva da divisão da sociedade em classes sociais antagônicas.

No capítulo 2 buscamos explicitar o Modelo Analítico para o Estudo da Consciência Política de Salvador Sandoval, (1989; 1994; 1997; 2001), também sua concepção de conscientização, suas bases teóricas, suas conclusões e implicações.

Para o capítulo 3 buscamos através de uma breve retrospectiva das lutas travadas pelo movimento estudantil brasileiro e seus reflexos na Universidade Estadual de Campinas, caracterizar a construção de uma identidade de movimento calcado nas lutas sociais. Para essa retrospectiva busco as informações em MESQUITA, 2009, VALLE, 2008, SANFELICE, 2008, MARTINS FILHO, 1998 e PEREIRA, 2006.

Para o capítulo 4 finalizaremos com uma análise, sob a perspectiva do Modelo Analítico para o Estudo da Consciência Política, dos dados colhidos do trabalho de iniciação científica intitulado: “O movimento estudantil e o processo de conscientização política dos estudantes na Universidade Estadual de Campinas”, realizado no primeiro semestre de 2011. Posteriormente apontamos conclusões parciais da análise em questão: como está a conjuntura política e organizativa do movimento estudantil da Unicamp.

## **CAPÍTULO 1 – A PROBLEMÁTICA DA CONSCIENTIZAÇÃO NA PERSPECTIVA MARXISTA**

Para iniciarmos uma discussão sobre a problemática da conscientização, é fundamental compreendermos algumas premissas do pensamento marxiano. Entre elas consideramos fundamental a visão marxista da sociedade que se divide em classes sociais antagônicas, a conformação de uma estrutura e superestrutura na sociedade e a ideologia.

Para Marx, a sociedade em toda a sua história sempre foi marcada pela constante oposição de classes sociais que lutam entre si, segundo ele:

Homem livre e escravo, patricio e plebeu, senhor e servo, mestre e oficial, em suma, opressores e oprimidos sempre estiveram em constante oposição; empenhados numa luta sem trégua, ora velada, ora aberta, luta que a cada etapa conduziu a uma transformação revolucionária de toda a sociedade ou ao aniquilamento das duas classes em confronto (MARX & ENGELS, 1848: 2002, p. 24).

Nesse sentido, a sociedade moderna não suprimiu a oposição entre as classes, apenas substituiu as velhas classes sociais por dois grandes blocos inimigos: a burguesia e o proletariado, produzindo não apenas novas formas de opressão, mas também de luta.

Sobre a burguesia, resumidamente, Marx nos dirá que ela é produto de um longo processo de transformações históricas do ponto de vista político e das relações de produção. Ainda desempenhou um papel revolucionário quando aniquilou todas as relações mantidas na antiga sociedade feudal. E, na busca pelo mercado mundial, esta mesma burguesia globalizou a produção e o consumo, destruindo o espírito do nacionalismo e submetendo, em todos os países, o campo à dominação das cidades. Entre outras características, Marx nos revela que:

Em apenas um século de dominação de classe, a burguesia criou forças de produção mais imponentes e mais colossais que todas as gerações precedentes reunidas. O domínio das forças naturais, o maquinismo, as aplicações da química à indústria e à agricultura, a navegação à vapor, as ferrovias, o telegrafo, o desbravamento de continentes inteiros, a canalização de rios, o aparecimento súbito de populações – em que século anterior se poderia prever que tais forças produtivas cochilavam no seio do trabalho social? (MARX & ENGELS, 1848: 2002, p. 32).

Quase como uma relação de causa e consequência, sobre os proletários, Marx nos dirá que:

O desenvolvimento da burguesia, isto é, do capital, corresponde na mesma proporção, ao desenvolvimento do proletariado, da classe dos operários modernos que só sobrevivem à medida que encontram trabalho, e só encontram trabalho a medida que seu trabalho aumenta o capital. Esses operários, compelidos a venderem-se a retalho, são uma mercadoria como qualquer outro artigo do comércio e, portanto, estão igualmente sujeitos a todas as vicissitudes da concorrência, a todas as flutuações do mercado (MARX & ENGELS, 1848: 2002, p. 35).

Nesse sentido, a luta do operariado contra a burguesia se inicia desde seu nascimento. Num primeiro momento lutam individualmente, então passam a lutar em conjunto numa mesma fábrica, depois dentro de um mesmo setor industrial e finalmente lutam como classe, contra a opressão burguesa. A união dos trabalhadores é resultado da necessidade da defesa de seus interesses, posto que na concorrência entre a burguesia os salários dos trabalhadores são os mais achatados.

Entretanto, em seus estudos de economia política Marx denominará estrutura e superestrutura a anatomia da sociedade burguesa, em suas palavras:

(...) na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política a qual correspondem formas determinadas de consciência (MARX, 1946, 2008, p. 45).

Assim, para Marx a sociedade é constituída por “níveis” ou “instâncias” que são articulados por uma determinação específica, denominado pelo autor de estrutura (ou infraestrutura) e superestrutura. Na infraestrutura estão estabelecidas todas as relações materiais exercidas entre os indivíduos, como as relações produtivas, econômicas e trabalhistas. A superestrutura compreende dois “níveis” ou “instâncias”: a jurídico-política (Direito e Estado) e a Ideológica (Religião, Moral e etc.) (ALTHUSSER, 1985).

No entanto, para que a produção seja possível, é fundamental a renovação dos meios de produção. Nesse sentido, é na reprodução dos meios de produção e na reprodução da força de trabalho existentes que se perpetua a dominação de classe.

A reprodução dos meios de produção é garantida através da reposição dos meios materiais: matéria-prima, instalações fixas, instrumentos de produção e etc. Mas também

através das relações de circulação do capital entre a produção dos meios de produção e a produção dos meios de consumo e a realização da mais-valia. (ALTHUSSER, 1985).

Já a reprodução da força de trabalho é assegurada pelo salário, em consonância com a qualificação da força de trabalho. Segundo Althusser:

Entretanto não basta assegurar à força de trabalho, as condições materiais de sua reprodução para que se reproduza como força de trabalho. Dissemos que a força de trabalho disponível deve ser ‘competente’, isto é, apta a ser utilizada no sistema complexo do processo de produção. O desenvolvimento das forças produtivas e o tipo de unidade historicamente constitutivo das forças produtivas num dado momento determinam que a força de trabalho deve ser diversamente qualificada e então reproduzida como tal. Diversamente: conforme às exigências da divisão social-técnica do trabalho, nos seus diferentes “cargos” e “empregos” (ALTHUSSER, 1985, p. 57).

Esta reprodução da qualificação para o trabalho, na sociedade burguesa se realiza fora do ambiente de trabalho. Em geral ela acontece na escola capitalista e em outras instâncias e instituições.

Nesta linha de pensamento, pode-se afirmar que na escola capitalista, os trabalhadores aprendem não somente a técnica, mas também um conjunto de regras de comportamento e de moral, que os submete à dominação burguesa:

Porém, ao mesmo tempo, e junto com essas técnicas e conhecimentos, aprendem-se na escola as ‘regras’ do bom comportamento, isto é, as conveniências que devem ser observadas por todo agente da divisão do trabalho conforme o posto que ele esteja ‘destinado’ a ocupar; as regras de moral e de consciência cívica e profissional, o que na realidade são regras de respeito à divisão social-técnica do trabalho e, em definitivo, regras da ordem estabelecida pela dominação de classe. (...) a reprodução da força de trabalho não exige somente uma produção de sua qualificação mas ao mesmo tempo uma reprodução de sua submissão às normas da ordem vigente, isto é, uma reprodução da submissão do operários à ideologia dominante por parte dos operários (...) (ALTHUSSER, 1985, p. 58).

Portanto a dominação burguesa se dá não somente em termos materiais, mas também no âmbito da superestrutura através de sua “instância” ideológica. Sobre ideologia Althusser nos diz que: A ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com suas condições

reais de existência. E esta possui existência nos Aparelhos ideológicos de Estado (AIE)<sup>4</sup> e suas práticas.

Este autor nos diz ainda que:

Com efeito, o Estado e seus Aparelhos, só têm sentido do ponto de vista da luta de classes, enquanto aparelho da luta de classes mantenedor da opressão de classe e das condições da exploração e sua reprodução. Não há luta de classes sem classes antagônicas. Quem diz luta de classes da classe dominante diz resistência, revolta e luta de classes da classe dominada (ALTHUSSER, 1985, p. 106).

No entanto, para que a classe dominada possa se libertar de sua condição é fundamental libertar-se da ideologia dominante. Nesse sentido, podemos dizer que libertar-se da ideologia dominante é também, superar a hegemonia burguesa no plano da consciência.

Sobre essa questão, podemos compreender que no pensamento marxiano, a consciência é tratada como a consciência de classe e é vista por Marx como um processo histórico e dialético, constituídos por homens concretos inseridos em um determinado modo de produção e relações sociais correspondentes. Segundo SILVA:

No pensamento marxiano a consciência produzida socialmente, é um produto social que decorre da ação humana transformadora. Pode-se dizer que a consciência é, concomitantemente, consciência do meio sensível imediato; consciência de uma relação limitada estabelecida com outras pessoas e outras coisas situadas para o indivíduo que toma consciência, relações estas marcadas pela alteridade (SILVA, 2006, p. 8).

No entanto, de acordo com Lenin apud Silva (2006), a consciência de classe quando abandonada a si mesma se encerra na luta econômica, neste caso não chega ao nível de consciência política, sendo preciso despertá-la. Assim, Lenin atribuiu a uma elite revolucionária a tarefa de educar as massas no sentido de superar a luta econômica atingindo a consciência política.

Gramsci, como grande expoente do marxismo, também versará sobre essa questão quando nos revela que a superação das práticas corporativas é fundamental para formação de consciência política coletiva. Práticas corporativas são, neste sentido, elementos cotidianos

---

<sup>4</sup> “Designamos pelo nome de aparelhos ideológicos do Estado um certo número de realidades que apresentam-se ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas” (ALTHUSSER, 1985, p. 68). São eles: AIE religiosos, escolar, familiar, jurídico, político, sindical, de informação e cultural.

que alienam o indivíduo impedindo o afloramento da consciência política. É através das estratégias educacionais que a elite revolucionária possibilitaria a formação de uma consciência crítica no processo de organização sócio-política das classes populares (SILVA, 2006).

Para Gramsci, a classe dominante não depende apenas do poder coercitivo do Estado para manter seu domínio, ela utiliza também a hegemonia. Nesse sentido, a questão fundamental que se coloca é que a principal luta entre a burguesia e o proletariado se dá no palco da consciência, portanto é necessário superar a hegemonia burguesa.

Para isso, em sua teoria, ele distinguirá três planos de relação de força nas análises histórico-políticas. O primeiro plano refere-se às relações de forças ligadas à estrutura objetiva, ou seja, a incapacidade do Estado de manter a hegemonia, que é independente da vontade individual. O segundo plano diz respeito às relações de forças na qual é apreendida a formação da consciência e organização dos grupos sociais, sendo dividido em diversos momentos da consciência política. O terceiro plano diz respeito às relações de forças militares que, em outras palavras, diz respeito à guerra de posições<sup>5</sup>.

Dentro do segundo plano de relações de forças, Gramsci distinguirá três momentos da consciência política. O primeiro momento é o econômico-corporativo, onde há unidade no grupo profissional, mas não no grupo social mais amplo. O segundo momento corresponde ao momento onde se adquire solidariedade de interesses entre os membros do grupo, no entanto apenas no plano econômico. O terceiro momento é quando se passa do objetivo ao subjetivo, da necessidade à liberdade, deixa de ser classe em si e se torna classe para si.

Para atingir esse grau da consciência política, é necessário um trabalho sistemático de elevação intelectual:

A aquisição dessa capacidade, desse grau de consciência política coletiva, supõe, para Gramsci, um trabalho sistemático de caráter educativo-organizativo com vistas

---

<sup>5</sup> “A guerra de posições consiste na disputa institucional por espaço de atuação que se estabelece entre as classes sociais” (SILVA, 2006, p. 10).

a elevar intelectualmente grupos subalternos cada vez mais amplos e suscitar o surgimento de intelectuais orgânicos provenientes das massas, os quais permaneceriam a elas vinculados. Essa tarefa de transformação da força econômica em direção ético-política é mediada pela vontade coletiva e política. (SILVA, 2006, p.11) (...) pela vontade como consciência operosa da necessidade histórica, como protagonista de um real e efetivo drama histórico (GRAMSCI, 1977, p. 1559 apud SILVA, 2006, p. 11).

Nesse sentido, é necessário resgatar a esfera cultural e empoderar o trabalhador frente aos dogmas da sociedade burguesa e frente às ações do Estado. Esfera cultural nessa perspectiva diz respeito à política educativa que se relaciona com a noção de desenvolvimento da consciência e com a consequente superação do senso comum (SILVA, 2006).

Como consequência, é importante evidenciar que o processo de conscientização não se dá apenas no âmbito psicológico privado, ela resulta da atividade do ser humano, de sua interação no mundo. Para Paulo Freire, referência brasileira na discussão sobre a conscientização, esta é um processo de transformação pessoal e social que experimentam aqueles que são oprimidos e isso implica numa dinâmica que não é apenas pessoal, mas, sobretudo coletiva. E na medida em que o sujeito em seu contexto coletivo reflete sobre ele e dá respostas aos desafios, ele cria cultura. Para Paulo Freire, cultura, significa o resultado da atividade humana e das relações de diálogo em sociedade. Além de criador de cultura o homem é fazedor de história, pois é capaz de dar respostas aos desafios enfrentados em cada época. Assim, para o autor, o indivíduo não pode intervir em sua realidade no sentido de transformá-la, e construir história e cultura se não tiver consciência de sua condição.

Freire também nos revela a importância da práxis humana, unidade indissolúvel entre ação e reflexão do indivíduo sobre o mundo:

A conscientização não pode existir fora da “práxis”, ou melhor, sem o ato ação – reflexão. Esta unidade dialética constitui, de maneira permanente, o modo de ser ou de transformar o mundo que caracteriza os homens (...) (FREIRE, 1980, p. 15).

A participação política, nesse sentido, será elemento produtor de consciência política, afinal, por meio da participação política o sujeito educa e é educado, portanto adquire consciência. No entanto a consciência política não se limita e nem se refere apenas a um

conjunto de elementos que levam a um individuo a participar politicamente de ações coletivas, uma vez que, participar ou não participar não é o fim de um processo, mas um momento deste (SILVA, 2006).

Tecemos, até aqui, uma importante reflexão sobre a problemática da conscientização sob a perspectiva de autores marxistas. Tal reflexão será imprescindível para chegarmos ao objetivo deste trabalho: compreender a situação político-organizativa dos estudantes que atuam no movimento social estudantil dentro da Universidade Estadual de Campinas.

## **CAPÍTULO 2 – MODELO ANALÍTICO PARA O ESTUDO DA CONSCIÊNCIA POLÍTICA**

Para compreendermos as transformações ocorridas no movimento estudantil no que tange à participação coletiva dos sujeitos, é fundamental analisarmos a participação política de forma a englobar os aspectos macro e microssociais de pesquisa. Entendemos a participação política como elemento produtor de consciência política como já apontado no capítulo anterior.

Para esse propósito, adotaremos o Modelo Analítico para o estudo da Consciência Política proposto por Salvador A. M. Sandoval (1989; 1994; 1997; 2001), que nos ajudará a compreender como as transformações econômicas e sociais da sociedade influenciará a conscientização dos estudantes universitários.

Antes de falar propriamente do modelo, precisamos ter em mente algumas premissas. Para Sandoval, consciência é um conceito psicossociológico, onde os indivíduos vivem um processo contínuo de elaboração de visões de mundo, atribuindo significados aos acontecimentos diários. Em suas palavras:

Consciência é um conceito psicossociológico referente aos significados que os indivíduos atribuem às interações diárias e acontecimentos de suas vidas (SANDOVAL, 1994, P. 59) (...) Nesse sentido, a consciência não é um mero espelhamento do mundo material, mas antes a atribuição de significados pelo indivíduo em seu ambiente social, que servem como guia de conduta e só podem ser compreendidos dentro do contexto em que é exercido aquele padrão de conduta (GIDDENS, 1982 apud SANDOVAL, 1994).

Assim, uma análise da consciência precisa levar em consideração as atitudes individuais, e relacioná-las ao contexto em que essas atitudes emergiram. Para tanto é preciso compreender o que SANDOVAL (1994) chamará de experiências próximas e mediatas de classe. As experiências próximas estão localizadas no contexto imediato das pessoas, nas interações com outros ou com instituições. As experiências mediatas estão localizadas no plano na conjuntura e que terão incidência sobre as relações de classe e sobre a capacidade de

mediação das instituições. É na sobreposição das experiências mediatas e próximas que se molda a estruturação de uma consciência de classe e que implica em condições para o afloramento da consciência política. (SANDOVAL, 1994).

Diante disso, ao examinarmos a consciência, precisamos compreender que para dar respostas às experiências diárias, os indivíduos recorrem a definições “gerais”<sup>6</sup> já existentes na sociedade e essas definições são essenciais para manter a sociedade coesa. Essas definições “gerais” são, segundo SANDOVAL, 1994, parte inerente à hegemonia da sociedade.

Nesse sentido, os parâmetros de escolha dos indivíduos devem sempre ser levados em consideração:

Isso significa que qualquer análise da consciência deverá sempre considerar os parâmetros de escolha, no sentido de que as diversas modalidades de consciências prevaletentes entre brasileiros têm suas raízes identificáveis e também certas limitações de circunstâncias que incidiram em sua formação. Os limites do que é possível são colocados não apenas pelos requisitos externos de instituições e relações sociais mas, ao mesmo tempo, pela estrutura da consciência individual ainda que essa possa se alterar muito rapidamente (SANDOVAL, 1994, p. 62).

Há de se considerar também que o indivíduo, desde que nasce, está imerso num cotidiano onde a interação na vida diária se dá com todas as facetas da sua individualidade (HELLER, 1972 apud SANDOVAL, 1994). Esse cotidiano é segmentado em várias atividades realizadas pelos indivíduos e nas suas significações, tendo reflexos não só na conduta social observável, mas também no nível da consciência (SANDOVAL, 1994).

HELLER, (1972) apud SANDOVAL, (1994), ainda caracterizará a vida cotidiana como: espontânea, pois há uma assimilação dos padrões de comportamento, crenças sociais, pontos de vistas políticos, modismos e etc., de maneira não racional; economicista, pois todas as ações e significados diários são realizados unicamente no intuito de prosseguir com a vida cotidiana; imediatista e utilitária, pois desencoraja o pensamento reflexivo, favorecendo o pensamento superficial; pragmática, pois converte a pressa no ‘desejável’ e a eficiência no ‘natural’.

---

<sup>6</sup> Definições tais como: estereótipos, preconceitos, definições de papéis sociais, e etc. SANDOVAL, 1994.

Consequentemente, a vida quotidiana é espaço propício à perpetuação da alienação:

(...) a rotina quotidiana é aquele aspecto da realidade social que mais se presta à alienação (...) Alienação é tipicamente expressada em suposições não questionadas na inevitabilidade da rotina diária e o 'natural' das desigualdades e dominação nas relações de poder na sociedade, tal como se encontram estruturadas (SANDOVAL, 1994, p. 64).

No entanto, é no rompimento com o quotidiano que se torna possível a mudança da consciência e transitamos do senso comum para um senso teórico ou filosófico:

O mundo da vida quotidiana aparece como 'natural', como a realidade do 'aqui e agora', guiado pelo senso comum. Se o indivíduo se propõe a desafiar a realidade do 'natural' deverá deliberadamente se engajar na difícil tarefa de mergulhar numa transição da lógica do senso comum para uma lógica teórica ou filosófica. Em geral, contanto que a vida quotidiana siga seu curso inercial não interrompido, as pessoas tendem a encarar as coisas como não requerendo re-interpretação. Mas esferas não problemáticas da realidade rotineira podem perdurar até serem interrompidas pelo surgimento de problemas, conflitos ou fatos inexplicáveis (SANDOVAL, 1994, p. 63).

Nesse sentido, para que a classe dominante mantenha coesa a base societal, os descontentamentos são focalizados sobre as experiências rotineiras, evitando a discussão da natureza dos problemas e do exercício do poder político, num escancarado estreitamento da visão social. Ademais, as instituições políticas, em especial a instituição escolar, terá o papel de difundir valores como o pragmatismo rotineiro, ignorando a existência de grupos, conflitos de classe e poder dentro da sociedade (SANDOVAL, 1994).

Sandoval ainda nos indicará que é possível não só propor um modelo de análise da consciência política, como destacaremos adiante, mas também delinear modalidades de consciências mais comuns entre as populações industriais urbanas em um período determinado. Sobre isso, Sandoval nos descreve que:

Tipicamente, quatro modalidades de consciência política parecem prevalecer entre segmentos significativos da população urbana brasileira, as quais servem para ilustrar a complexidade da formação de uma consciência de cidadania democrática entre indivíduos que vivenciaram o seu quotidiano e suas experiências institucionais em sociedade predominantemente não democráticas (SANDOVAL, 1994, p. 69).

A primeira modalidade de consciência política descrita por Sandoval é chamada consciência do senso comum que é aquela forma de percepção social limitada pelo "universo" da vida rotineira. Nessa modalidade o indivíduo tem vagas noções de classe social e se

identifica enquanto classe, mas é solidário com os grupos que compartilha contextos similares. Os adversários que reconhecem são os que emergem da sua realidade imediata, induzindo uma percepção da ação como contingência dos fatores situacionais.

A segunda modalidade é chamada consciência populista. Essa consciência é derivada dos processos políticos do período populista e que como política projetou no plano ideológico uma visão de totalidade social, camuflando os antagonismos de classe e criando a categoria “povo” que compreende uma comunidade de interesses mútuos embasada na colaboração de classe e harmonia social. Os interesses de classe são reduzidos a interesses opostos de indivíduos ou grupos, mediatizados por mecanismos formais e informais das relações paternalistas e são “supervisionados” pelo Estado.

A terceira modalidade é chamada de consciência de conflito<sup>7</sup>, pois encara a sociedade como estratificada por classes antagônicas, no entanto, o tipo de identificação que estimula é em geral com grupos orientados por uma agenda de temas e que mantem relações com os mecanismos institucionais de mediação do conflito de classes. Nesse sentido, os adversários são definidos a partir de demandas por direitos de cidadania e não necessariamente de base classista. Conseqüentemente as ações tomadas estão sempre no quadro da legalidade e da institucionalidade, são poucas as ações não-legais.

A quarta e última modalidade, chamada de consciência revolucionária, é a modalidade onde a percepção da sociedade, onde esta se divide em classes com interesses opostos e irreconciliáveis e o conflito é inevitável. Essa modalidade acredita na necessidade de uma reorganização macroestrutural do poder e essa reorganização só pode ser alcançada com ações coletivas da classe. O adversário, nesse sentido, é definido, a partir dos interesses de classe e as instituições de mediação do conflito não são legitimadas.

---

<sup>7</sup> Nessa modalidade há uma ênfase sobre a representação organizada através de sindicatos, partidos políticos, associações comunitárias etc.

Observamos que as modalidades de consciência estão em constantes processos de modificação. Portanto, a análise da consciência política deve ser descritiva em relacionando a consciência as relações de classe e interpretativa do exame do declínio de certas formas de pensamento e afloramento de outras, e o que significa esse processo dentro de um dado contexto.

Assim, propondo o Modelo Analítico para o Estudo da Consciência Política, Sandoval nos diz que a consciência política é “(...) *processo contínuo de elaboração de visões de mundo, em seus sentidos normativos, pragmático-situacionais e cognitivo-informativos*” (SANDOVAL, 1999 apud SILVA, 2006, p. 22). Essas visões de mundo formam-se a partir de aspectos de identidade social<sup>8</sup>, que são as crenças dos sujeitos e sua percepção do e no contexto social. Esses aspectos de identidade social são expostos através do modelo de Sandoval, como sendo 7 (sete) dimensões psicossociológicas que se articulam: Identidade Coletiva; Crenças e Valores Societais; Identificação de Adversários e Interesses Antagônicos; Eficácia Política; Sentimentos de Justiça e Injustiça; Metas de Ação Coletiva; Vontade de Agir Coletivamente. Em suas palavras:

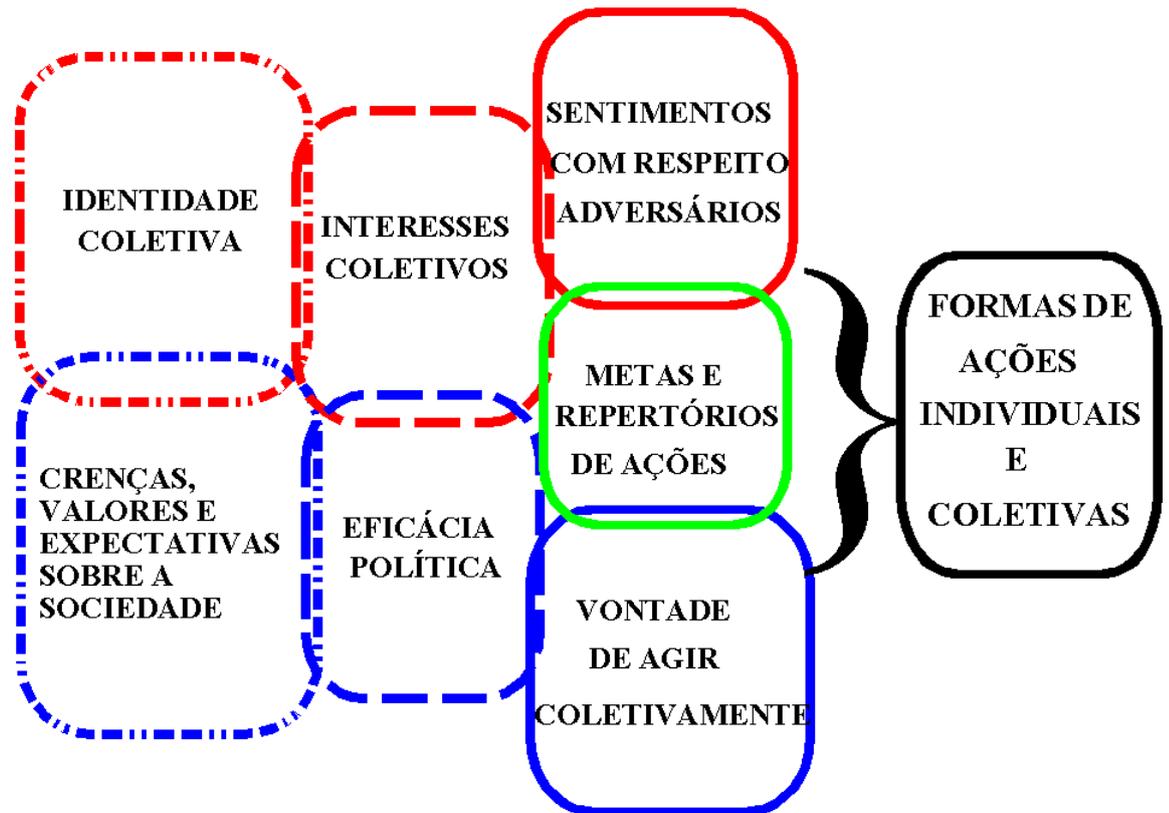
Este modelo de Consciência política representa as várias dimensões sócio-psicológicas que constituem a consciência política do indivíduo da sociedade e de si mesmo como um membro daquela sociedade, e conseqüentemente representa sua disposição para a ação de acordo com esta consciência. Por consciência política nós compreendemos uma composição de dimensões sócio-psicológicas inter-relacionadas de significados e informações que permite aos indivíduos tomar decisões para a melhor ação dentro de contextos políticos e situações específicas (SANDOVAL, 2001, p. 184).

Na figura seguinte, uma apresentação didática do modelo. É importante dizer que essa representação é meramente didática, existindo apenas para demonstrar as possibilidades relacionais entre esses elementos.

---

<sup>8</sup> Na proposta de Tajfel (1983), Identidade Social como a cultura construída socialmente e expressa na sociedade, por um conjunto de crenças internalizadas pelo indivíduo e pela percepção politizada do contexto social em que se localiza o sujeito.

## MODELO CONCEITUAL DA CONSCIÊNCIA POLÍTICA



Para compreendermos melhor essas dimensões sócio-psicológicas, examinaremos mais detalhadamente o conteúdo destas.

### **Identidade Coletiva**

Segundo SANDOVAL, 2001, “escolhemos compreender identidade coletiva no sentido mais restrito da dimensão da consciência política, que se refere à forma como os indivíduos estabelecem uma identificação psicológica de interesses e sentimentos de solidariedade e pertinência para com um ator coletivo”. Nesse sentido, o sentimento de pertencimento a um grupo conduz a um sentimento de coesão social, isso valorizará sentimentos como: confiança, credibilidade, eficácia, solidariedade. Permitindo também a identificação de interesses comuns entre os indivíduos, originando as reivindicações coletivas e a valorização das metas grupais. A sociabilidade entre as pessoas e a vivência em comunidade é o que propicia a construção dessa dimensão, possibilitando a participação política que, por sua vez, reforça a identidade coletiva. Segundo SILVA, 2006:

É participando nessas redes sociais (ou de sociabilidade) que são fortalecidos os laços de afeto, de parceria, de solidariedade, o que permite o estabelecimento de uma identidade coletiva que encontra nas relações interpessoais, e mesmo intergrupais – tanto com grupos que se reconhecem mutuamente como aliados quanto com a demarcação de interesses antagônicos como os adversários – elementos determinantes para o auto-reconhecimento, reconhecimento grupal e de um reconhecimento dos antagonistas (SILVA, 2006, p. 28).

Nesse sentido a construção por parte do grupo de uma identidade coletiva permitirá o estabelecimento de sentimentos de unidade, continuidade e coerência, ocasionando participação política dos indivíduos envolvidos. No entanto se a construção de uma identidade coletiva for frágil, não havendo discussões acerca das causas reivindicatórias, sua capacidade de mobilização também será frágil.

### **Crenças e Valores Societais**

Essa dimensão do modelo de consciência política ora exposto é a base da construção das identidades dos sujeitos, pois:

A partir do processo de internalização das instituições, das crenças, da cultura e dos valores construídos socialmente; mediante o diálogo interior vivido por cada sujeito e que é pautado pelo que é internalizado é que se dá a individuação do sujeito (SILVA, 2006, p. 24).

Desta forma, é baseado na sua visão de mundo que o sujeito dará respostas aos conflitos e impasses da vida em sociedade. E, embora as visões de mundo sejam individuais, elas foram constituídas nas relações sociais estabelecidas entre os indivíduos e os grupos, as instituições e contextos sociais da vida moderna (SANDOVAL, 2001).

Acrescentamos ainda que a vida cotidiana favorece uma situação “onde crenças e valores sociais tendem à cristalização e a única possibilidade de consciência possível é a consciência do senso comum” (SANDOVAL, 1994, apud, SILVA, 2006, p. 24). Assim, somente a interrupção da rotina do cotidiano pode permitir a mudança da consciência.

### **Identificação de Adversários e Interesses Antagônicos**

Por interesses antagônicos e adversários SANDOVAL, entende que essa “dimensão da consciência política consiste nos sentimentos individuais que se referem a como os interesses simbólicos e materiais de alguém são opostos aos interesses de outros grupos e a

extensão em que os interesses antagônicos levam a concepção de existência de adversários coletivos na sociedade” (SANDOVAL, 2001, p.15).

Essa é uma importante dimensão da consciência política, pois diz respeito à relação estabelecida, em última instância, entre sujeito e estrutura social, que põe em evidência os dissensos que constituem a sociedade e nas relações dentro da mesma, proporcionando participação política. Para Silva (2006, p. 29), “interesses e antagonismos mantêm relações com a estrutura social e implica na produção ou não da predisposição para a intervenção”.

Sandoval nos diz ainda que o estabelecimento de interpretações como: “meu grupo” e “grupo dos outros”, propicia um tensionamento nas relações sociais, podendo levar a uma ruptura do cotidiano. Ainda, para este mesmo autor, sem a noção de um adversário visível é impossível mobilizar indivíduos em ações coletivas, pois essa identificação é fundamental para a organização de uma intervenção política.

### **Eficácia Política**

Essa dimensão, diz respeito aos sentimentos individuais de capacidade de intervenção e dependerá das interpretações das pessoas em relação às causas dos eventos sociais. Segundo Sandoval (2001, p. 16), “por eficácia política, entendemos os sentimentos de uma pessoa sobre sua capacidade de intervir numa situação política”.

Sandoval localiza as relações causais na teoria da atribuição (Hewstone, 1989) nos indicando que os indivíduos localizam as causas dos eventos sociais a partir de três interpretações:

Causas divinas: Para essas pessoas os eventos sociais são resultado de forças transcendentais, nesse sentido o sentimento de eficácia é geralmente baixo, levando com frequência à conformidade e à submissão em relação aos conflitos sociais;

Causas individuais: Para essas pessoas os eventos sociais são resultado da própria capacidade individual. Nesses casos, geralmente procuram saídas individuais para os conflitos sociais, ou a autopunição por não conseguir resolver o conflito;

Causas Coletivas: Para essas pessoas os eventos sociais são resultado de ações tomadas por outros indivíduos e/ou grupos, isso permite às pessoas acreditarem também que sua ação individual ou coletiva pode gerar mudança. Nessa interpretação é possível a autodeterminação dos indivíduos para a concretização de uma mudança social.

### **Sentimentos de Justiça e Injustiça**

Dimensão que diz respeito às formas como o sujeito percebe os arranjos sociais em termos de reciprocidade social (SILVA, 2006).

Nesse sentido, SANDOVAL (2001) baseando-se no conceito de justiça social de Moore (1978), “onde justiça social é a expressão do sentimento de reciprocidade entre obrigações e recompensas”, acredita que ao quebrar essa reciprocidade produz-se injustiça.

Entretanto, devemos lembrar que:

O que constitui uma relação equilibrada e de reciprocidade e como os indivíduos se tornam conscientizados de que a reciprocidade pode ter sido violada são sem dúvida, processos sócio-históricos complexos. Certamente uma grande parte dos critérios para medir as noções de reciprocidade e subsequentemente os sentimentos de injustiça, são histórica e contextualmente determinados (SANDOVAL, 2001, p. 17).

Além disso, é comum, nas diversas manifestações de protesto, referências às noções de injustiça social como legitimação das ações realizadas coletivamente.

### **Vontade de Agir Coletivamente**

Dimensão baseada nos estudos de Bert Klandermans (1992) e que corresponde à predisposição individual para a participação coletiva no intuito de corrigir injustiças. Nesse sentido, Sandoval propõe três aspectos que condicionam a participação coletiva:

O primeiro aspecto diz respeito à relação custo/benefício da manutenção ou não da lealdade e tem caráter determinante na hora de se decidir pela participação ou não numa ação coletiva.

O segundo aspecto diz respeito à percepção de ganhos e perdas materiais resultante do envolvimento do indivíduo em ações coletivas.

O terceiro aspecto diz respeito aos riscos físicos percebidos pelo indivíduo ao participar de ações coletivas e em que condições se dão tal participação. É nesse momento que o sujeito avalia se o coletivo ao qual está ligado tem condições de realizar o que propõe.

Sandoval ainda complementa que:

(...) é inegável que pessoas, ao decidirem individual ou coletivamente, participar de movimentos sociais, fazem escolhas informadas e significativas que influenciam sua participação e seu compromisso com o movimento social. Nós compreendemos que estas escolhas são informadas e se tornam significativas para os indivíduos através de: seus sentimentos de eficácia política, suas percepções de interesses próprios e os adversários que eles enfrentam; e finalmente, seus sentimentos de justiça/injustiça. Juntas estas dimensões contribuem para a tomada de decisão do indivíduo, o que temos denominado aqui as escolhas informadas e significativas na avaliação da organização do movimento social, seus objetivos e estratégias, e o que é percebido como formas relevantes de ações coletivas dentro de certos limites situacionais (SANVOVAL, 2001, p. 18).

### **Metas de Ação Coletiva**

A sétima e última dimensão diz respeito à correspondência entre os objetivos do movimento social e os sentimentos de injustiça, eficácia política e interesses do indivíduo.

Nas palavras do autor:

(...) esta dimensão focaliza na extensão em que os participantes sentem que os objetivos e propostas do movimento social e sua liderança combinam com seus próprios interesses materiais e simbólicos, dirigem sua busca por justiça contra o adversário percebido e encontram que as ações coletivas propostas estão dentro do objetivo de seus próprios sentimentos de eficácia política num dado momento (SANDOVAL, 2001, p. 18).

Nesta dimensão, o autor reforça que o emparelhamento das metas do movimento com as aspirações dos indivíduos constituem sérios desafios ao movimento e aos seus participantes. Além disso, deve proporcionar a interação das demais dimensões da consciência política com as características da organização do movimento, proporcionando um ambiente psicossocialmente predisposto à ação coletiva.

Apresentadas as dimensões do Modelo Analítico para o Estudo da Consciência Política, é importante ressaltar que o modelo proposto por Sandoval enfoca determinantes

internos e externos dos movimentos sociais que se referem a forma como os indivíduos aderem à participação social, integrando análises macro e micro psicossociológicas, tornando-se, assim, um instrumento bastante eficaz na análise da participação política dos indivíduos nos movimentos sociais.

No entanto, a obra de Sandoval irá focar essencialmente no movimento de trabalhadores e não falará especificamente sobre estudantes. Nesse sentido, precisamos recuperar a ideia de que os estudantes são uma categoria social que está em preparação para o mercado de trabalho e fazem parte de uma classe social. Desta forma, é de fundamental importância compreendermos que o Modelo de Estudo da Consciência Política se aplica também ao movimento estudantil enquanto movimento social.

## **CAPÍTULO 3 – MOVIMENTO ESTUDANTIL: CONSTRUINDO UMA IDENTIDADE DE LUTA**

O movimento estudantil, no mundo todo, deixou marcas de resistência em diversos momentos da história. Essas marcas têm sido reforçadas e resignificadas, através dos eventos de luta, no imaginário social e construindo um ethos<sup>9</sup> estudantil. Segundo Mesquita, 2009:

(...) o movimento estudantil – ainda que com maior ou menor força entre os estudantes – carrega em sua trajetória uma representação que se cola a imagens como protesto, ruptura, jovialidade. Esta representação, marcada por um simbolismo e força, é fruto de sua história, da memória social dos militantes acerca do movimento, de uma tradição que se relaciona e se confunde com uma práxis interventiva e inserida socialmente (MESQUITA, 2009, p. 68).

Neste capítulo, tentamos refletir sobre a construção deste ethos estudantil construído a partir das lutas sociais. Num primeiro momento, nos centraremos nas lutas no âmbito do movimento estudantil brasileiro e num segundo momento nas lutas movimento estudantil da Universidade Estadual de Campinas.

### **3.1 Movimento Estudantil Brasileiro: A Juventude em Luta**

As primeiras manifestações estudantis na América Latina ocorrem no começo do século XX. A primeira e mais importante mobilização estudantil aconteceu em Córdoba<sup>10</sup>, na Argentina, em 1918, que, em sua principal pauta, fazia referencia à necessidade de modernização da universidade, iniciando assim a mais importante luta do movimento estudantil: a Reforma Universitária (MESQUITA, 2009).

No Brasil, o movimento estudantil, representado pela União Nacional dos Estudantes (UNE), apesar de ter sido fundada em 1937, torna-se expressivo a partir dos anos 1950/1960, quando, segundo Sanfelice:

Sem se efetuar aqui um aprofundamento da história da UNE no final dos anos 1950, registre-se, todavia, a seguinte observação genérica: a entidade dos estudantes

---

<sup>9</sup> “A imagem, a representação, cristaliza uma identidade acerca do movimento. Esse ethos sobrevive sendo a expressão mais visível da história do movimento entre os estudantes.” (MESQUITA, 2009, p. 68)

<sup>10</sup> “O movimento de Córdoba marca com força o movimento estudantil latino-americano por desencadear uma série de mobilizações no interior da universidade. Ele traz à tona um impulso de participação que se manifesta tanto no conteúdo como na prática interventiva”. (MESQUITA, 2009. P. 56)

projetou-se, de maneira mais acentuada, no panorama político nacional, quando se lançou ao debate de questões que estavam mais amplamente presentes na sociedade brasileira da época. A orientação econômica, a ordem política, o nacionalismo, o desenvolvimento, a política educacional, por exemplo, foram alguns dos temas em torno dos quais a UNE manifestou-se e buscou, em diversas ocasiões, mobilizar os estudantes (SANFELICE, 1986, p. 18).

É nesse período (décadas de 1950 e 1960) que o movimento estudantil se deterá sobre discussões importantes para os rumos políticos, sociais e econômicos do país. Essa postura possibilitou um período de intensa participação social. Segundo Mesquita 2009:

Os anos 1960 são marcados por intensas transformações em todo o mundo e foi um momento de grande reestruturação da sociedade brasileira devido às suas mudanças econômicas e culturais. Além disso, uma época de grande debate acerca do desenvolvimento e da emancipação social. (...) Esta ideia se firmava como pensamento dominante, principalmente nos grupos de esquerda, e, nesse sentido, o movimento estudantil incorpora essa visão nacional-desenvolvimentista em seu ideário (MESQUITA, 2009, p. 58).

É neste período que o movimento estudantil brasileiro incorporará a visão nacionalista-desenvolvimentista em seu ideário e tomará para si bandeiras como a da Reforma Universitária. Assim:

A ‘carência de instalações, bibliotecas e equipamentos; a duplicação de recursos causada pelo sistema de cátedras; os currículos defasados; os métodos de ensino arcaicos, os professores em tempo parcial, e etc’ (Martins Filho apud Mesquita, 2009), eram as principais críticas ao modelo de universidade que já não acompanhava as mudanças. Além disso, reivindicava-se amplos espaços de participação por parte de todos os seus segmentos no interior da universidade. A herança de uma estrutura hierarquizada, excludente, elitista, ‘neutra’ e distante da sociedade deveria ser abolida. Fazia-se necessário postular uma nova concepção de universidade que considerasse as reais necessidades da população. Foi assim que o movimento estudantil iniciou a luta pela reforma universitária que se estendeu durante toda a década (MESQUITA, 2009, pág. 60).

Foi levantando a bandeira de luta pela Reforma Universitária que a UNE realizou, em 1962, sua primeira greve estudantil a atingir todos os centros estudantis do país. A “Greve do 1/3” tinha como principal reivindicação a participação de 1/3 dos estudantes nos órgão de decisão nas universidades, pois assim os estudantes acreditavam fazer avançar a Reforma Universitária (MARTINS FILHO, 1998).

Para Mesquita:

A luta pela Reforma Universitária, talvez seja um elemento fundante e unificador em torno do movimento estudantil. O ideário de incorporação de valores modernos, de ruptura com uma certa estrutura universitária baseada no conservadorismo, a proposta de uma universidade mais aberta, democrática e representativa em seu conjunto, tornam-se marcantes em todas as manifestações estudantis ocorridas nos

diferentes países, o que faz desse conjunto de elementos, central na imagem que o movimento faz de si mesmo (MESQUITA, 2009, P. 69).

No entanto, segundo Mesquita (2009, p. 62), “(...) a ditadura militar no Brasil interrompe uma das mais fortes experiências da esquerda latino-americana”.

A ditadura militar no Brasil porá fim a este quadro de efervescência e participação política. O golpe militar de 1964 desarticulou os diversos movimentos sociais que se ganhavam força, inclusive o movimento estudantil.

A repressão e controle por parte do Estado contra o movimento estudantil se deu primeiramente através da decretação da Lei Suplicy. Essa lei colocava na ilegalidade a UNE e as UEE's (União Estadual dos Estudantes) e criava outras entidades vinculadas às faculdades e reitorias, tirando a autonomia das entidades estudantis. O movimento estudantil combateu esta Lei por meio de inúmeros plebiscitos, levantando a bandeira do direito à representação autônoma.

Ainda no avanço ditatorial contra a universidade, os militares apresentaram o projeto de Reforma Universitária. Inspirada no modelo norte-americano de universidade, esse projeto abriu a universidade ao ensino pago e promoveu a aliança entre universidade e setor privado.

No entanto, a experiência mais marcante da resistência dos estudantes ao golpe militar se dará no ano de 1968. O ano se inicia com o anúncio da disposição do governo militar em continuar por muito tempo no poder e “organizar a vida nacional”. Os estudantes passam a ser tratados no âmbito da segurança nacional: o Estado militariza o “problema estudantil” (VALLE, 2008). Enquanto o então presidente Marechal Arthur da Costa e Silva se preparava para a promulgação de mais um Ato Institucional, os estudantes resistiam ao golpe militar denunciando a falta de democracia, reivindicando melhores condições de estudo na universidade e opondo-se à política educacional do regime.

Em meio a estes protestos estudantis, em 28 de março de 1968, a repressão dos militares leva à morte do estudante secundarista Edson Luiz de Lima Souto, o que causa uma comoção em todo o país. Segundo Valle:

A morte de Edson Luiz repercute em vários estados com passeatas e comícios em repúdio à violência policial, a maior parte deles defrontando-se novamente com a repressão da Polícia Militar (VALLE, 2008, p. 50).

Nesse mesmo ano, ainda, aconteceram as passeatas do 1º de abril, aniversário do golpe, reprimidas pelas forças militares; a missa de sétimo dia da morte de Edson Luiz, que aconteceria sob forte vigilância por parte dos militares; a sexta-feira sangrenta, protesto contra a violência fortemente reprimido pelo Estado; a passeata dos 100 mil, novamente um protesto contra a violência e pela libertação de estudantes presos, com adesão de vários setores da sociedade civil; a invasão da polícia na Universidade de Brasília; a Conferência dos Exércitos Americanos que proporia o plano Para-Sar, plano este que previa o assassinato das lideranças estudantis e políticos opositores ao regime; a prisão das principais lideranças políticas do ME no XXX Congresso da UNE em Ibiúna; entre outros acontecimentos (VALLE, 2008).

A queda do XXX Congresso da UNE também teve repercussão nacional, levando às ruas centenas de estudantes:

Apesar da prisão dos principais líderes estudantis de todo o país, e por isso mesmo, explodem manifestações em diversos estados. Em Salvador, Recife, Florianópolis, Belém, Maceió, Natal, Fortaleza, Ribeirão Preto, Campinas, Vitória, Belo Horizonte e Brasília voltam a ocorrer passeatas e comícios relâmpagos em protesto contra as prisões em Ibiúna. Na maioria, há choques com a polícia, que, utilizando-se de forte esquema repressivo, acaba efetuando novas prisões (VALLE, 2008, p. 241).

Ao final de 1968 é promulgado o Ato Institucional nº5 (AI-5) que, entre outras decisões, dissolve o parlamento e os direitos políticos individuais, e conseqüentemente desarticulando os movimentos sociais pelo menos até final dos anos 1970.

Depois do AI5, o regime militar destinou à Universidade leis draconianas, que praticamente extirpavam a política das escolas (decretos 477 e 228). Diante de um meio estudantil forçosa e fortemente calado, algumas centenas de militantes aderiram às várias versões de luta revolucionária disponíveis no repertório de esquerda... (MARTINS FILHO, 1998, p. 19).

Somente no final dos anos 1970 o movimento estudantil novamente retomará as ruas:

Num primeiro momento, as movimentações se limitavam aos campi e às reivindicações de questões internas, como a melhoria da infra-estrutura universitária, o fim do autoritarismo no interior da universidade, etc. Logo, passaram à luta pelas liberdades democráticas, pela abertura e à reorganização do próprio movimento estudantil (Mesquita, 2009, p. 65).

Os movimentos sociais, dentre eles o estudantil, foram fundamentais para o processo de democratização do Brasil. Os estudantes organizados constituíram uma força de resistência à ditadura e de luta pela liberdade e direitos sociais e políticos.

Além da luta pela Anistia e pelas eleições diretas no período de redemocratização, os estudantes concentravam suas forças na reorganização do movimento estudantil a nível nacional<sup>11</sup> e Estadual<sup>12</sup>, participavam nas mobilizações dos trabalhadores nas greves no ABC Paulista e na construção do Partido dos Trabalhadores.

No entanto, as movimentações da luta pela redemocratização já não alcançaram extensão das lutas anteriores. Segundo Pereira:

O processo de mobilização da segunda metade da década de 1970 resultou em outras movimentações importantes. (...) Entretanto, o ME brasileiro, de maneira geral, já apresentava um quadro de declínio em sua capacidade mobilizativa e de participação (PEREIRA, 2006, p. 29).

Nesse sentido, o movimento estudantil, na década de 1980, caracterizou-se como um movimento que pouco impactou na política brasileira, se limitou a refundação das entidades estudantis de base, lutas locais, “atos massa”<sup>13</sup> voltados para um único objetivo e pouco construíram uma face própria.

Os estudantes, tal como outros sujeitos políticos, participaram ativamente da campanha (Diretas-já, em 1984), mas não como um movimento estudantil com face própria (RODRIGUES, 1993 apud MARTINS FILHO, 1998, p. 24).

---

<sup>11</sup> Em 1976 acontece o IENE (Encontro Nacional de Estudantes) em Campinas, primeiro passo em direção à reconstrução da UNE que culminará no Congresso da Reconstrução em 1979, em Salvador.

<sup>12</sup> A UEE-SP (União Estadual dos Estudantes de São Paulo) é refundada em 1978.

<sup>13</sup> Exame Nacional de Cursos, ou Provão, foi uma avaliação nacional instituída pelo MEC e vigorou de 1995 à 2002 quando foi substituído pelo ENADE (Exame Nacional de Desempenho do Estudante).

Os anos 1990, por sua vez, são marcados pelo avanço neoliberal nos campos político, econômico e social. As universidades sofrerão transformações profundas, a educação passa de um direito social a um bem comercial. Segundo Granzotto:

De acordo com Camargo et al, (2003), a educação é alvo de críticas devido à não atender às demandas da sociedade e vem passando por uma transformação de sua identidade histórica, ou seja, de um direito de cidadania, passa a transformar-se em um bem privado ou mercantil. As características dessa transformação na educação consistem em: 1) redução do financiamento público, especialmente da educação superior; 2) grande expansão da educação privada e implementação da mercantilização dos serviços; 3) crescente processo de privatização interna das universidades públicas através do comércio de serviços, consultorias, fundações privadas; 4) adoção de novos modelos empresariais, as quais promovem serviços educacionais conforme a demanda do mercado; 5) uma nova forma de promover a coordenação, a avaliação e o controle, com a administração gerencial e a promoção da competitividade, submetendo a universidade pública aos interesses do mercado, em prejuízo da autonomia universitária (GRANZOTTO, 2010, p 103).

O movimento estudantil por sua vez, realizou diversas lutas pontuais contra as privatizações dos serviços públicos: realizou o “boicote ao provão”<sup>14</sup> e propôs um movimento denominado “Fora FHC” denunciando as mazelas do neoliberalismo no Brasil.

Diante dessas transformações o próprio movimento estudantil também sofre modificações, passando a fortalecer coletivos juvenis, não necessariamente estudantis, de gênero, ecologia, discriminação racial, problemas da periferia, cultura entre outros. (MESQUITA, 2009). Foi nesse momento que ganharam força também as executivas e federações de cursos, que criadas na década de 1970, vão ganhar força política para impulsionar o movimento de área, discutindo as profissões, suas regulamentações e principalmente organizando o “boicote ao Provão”.

Com a eleição de Luis Inácio “Lula” da Silva em 2002, é evidenciada a opção política da União Nacional dos Estudantes por apoiar esse governo em detrimento da autonomia da entidade e do movimento. Em 2004 a UNE promove o debate do Projeto de Lei da Reforma Universitária, que, no entanto, aprofundará a lógica do ensino privado, precarizará o ensino público e submeterá a universidade aos ditames do mercado de trabalho.

---

<sup>14</sup> Expressão utilizada por MARTINS FILHO, 1998 para indicar que as manifestações na década de 1980 não constituíam manifestações que corroborassem para a construção de um movimento estudantil genuíno, eram manifestações espontâneas.

Esse foi o estopim para que alguns estudantes organizados rompessem com a UNE e criassem a CONLUTE (Coordenação Nacional de Lutas dos Estudantes)<sup>15</sup>, que mais tarde viria a ser a ANEL (Associação Nacional dos Estudantes Livre), e que organizasse dentro da UNE a FOE (Frente de Oposição de Esquerda da UNE)<sup>16</sup>. A ANEL e a Oposição de Esquerda da UNE, terão papel fundamental na mobilização estudantil nos próximos anos.

Nos anos que se seguem, os estudantes lutam, principalmente através de greves e ocupações de reitorias, por melhores condições de estudo e permanência estudantil, contratação de professores, por democracia na universidade e contra políticas governamentais como o REUNI (Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), que ampliou as vagas nas universidades federais, no entanto não proporcionou financiamento, o que causou profundo impacto dentro das universidades. Porém, essas foram mobilizações estudantis onde a UNE majoritária teve pouca participação política, algumas vezes se colocando contrária as mobilizações estudantis.

Toda a história de mobilização dos estudantes contribui imensamente para a construção de uma memória coletiva e que servirá como um símbolo de resistência da categoria estudante por muitos anos, criando e recriando uma identidade do movimento estudantil. Nesse sentido percebermos a estreita ligação entre os acontecimentos da conjuntura e a reação do movimento.

### **Movimento Estudantil na Universidade Estadual de Campinas**

A Universidade Estadual de Campinas surge em 1962, mas se consolida como universidade apenas em 1966. A consolidação da Unicamp se dá por dois fatores principais, a

---

<sup>15</sup> A CONLUTE, foi fundada no Encontro Nacional de Estudantes Contra a Reforma Universitária em 2004, e se pretendia ser um polo impulsionador de construção de uma nova entidade estudantil nacional. No entanto, essa ideia não vingou e ela se desfaz no ano de 2009, onde esses mesmos estudantes fundam a ANEL.

<sup>16</sup> Estudantes contrários à política de apoio à Reforma Universitária proposta pelo governo Lula, porém ainda convictos da inexistência de uma alternativa forte à representatividade e legitimidade da UNE, decidem permanecer na entidade, porém organizam uma oposição à política majoritária da UNE, realizando o questionamento dentro dos congressos da entidade e fora das mobilizações prioritárias da UNE.

saber: O golpe militar e a trajetória política e acadêmica de Zeferino Vaz, escolhido para implementar e consolidar esta universidade (PEREIRA, 2006).

Zeferino era, à época do golpe, secretário de saúde do Estado de São Paulo e contribuiu imensamente com o golpe liberando transporte para os soldados e local para que estes armazenassem seu combustível. Devido às suas posições políticas de apoio ao golpe foi convidado para exercer na Universidade de Brasília o cargo de reitor-interventor e lá ficou durante um ano e meio.

Por ocasião de tensões e conflitos políticos na UNB, Zeferino volta à São Paulo, no entanto, desgastado politicamente, não se reelege à presidência do CEE (Conselho Estadual de Educação), cargo que havia exercido durante mais de dez anos.

Em 1965 Zeferino é nomeado, através do CEE, para presidir a comissão organizadora da Universidade Estadual de Campinas e em pouco tempo agiliza e organiza a vida da nova universidade.

Já as entidades estudantis estão presentes na Unicamp desde sua fundação. Em 1963 o primeiro Centro Acadêmico da Unicamp a surgir é o CAAL (Centro Acadêmico Adolfo Lutz), fruto da organização dos estudantes de medicina. Em 1967 surge o CACBC (Centro Acadêmico dos Cursos Básicos de Ciências), organizados pelos estudantes de exatas. Esses Centros Acadêmicos inauguraram a participação dos estudantes no movimento estudantil promovendo ações de protesto contra as condições de ensino na Unicamp e participaram no congresso da UNE em Ibiúna. (PEREIRA, 2006).

Em 1969 é inaugurado o campus de Barão Geraldo e lá mais entidades: CACH (Centro Acadêmico de Ciências Humanas); CACE (Centro Acadêmico de Ciências Exatas) este substitui o antigo CACBC. Essas entidades, junto à comunidade universitária, foram protagonistas de diversos movimentos de contestação ao papel político social da Unicamp e combate à ditadura. Segundo Pereira:

A história da Unicamp entre 1974 e 1982 está intimamente relacionada com os episódios pela redemocratização do país. As lutas empreendidas pela comunidade universitária ampliaram o conceito de democracia para além do direito de voto para cargos de representação, conjugando reivindicações econômicas (salariais, transporte, alimentação, assistência médica, creche, moradia) e bandeiras políticas (participação efetiva nos espaços e processos decisórios desta universidade, direito de organização partidária e sindical, direito de greve e etc). Aqueles oito anos foram palco de ricos episódios de vivência política na Unicamp: greves e protestos estudantis ocorreram entre 1974 e 1977; as entidades representativas foram fundadas (como no caso docente, em 1977, e discente, em 1978) ou tiveram sua linha política radicalmente alterada por lideranças filiadas à esquerda (caso da Associação dos Servidores, entre 1980 e 1982); as greves de funcionários e docentes passaram a ser frequentes; em 1981, eclode um grande movimento de resistência da comunidade universitária à intervenção governamental imposta pelo governador Paulo Maluf (PEREIRA, 2006, p. 19)

O movimento estudantil da Unicamp sempre esteve nas principais lutas do país, mas também realizava lutas importantes dentro da universidade. Uma das lutas dessa época foi a “Greve das Humanas”, em 1974. Movimento restrito à área das humanidades, dirigido pelo CACH e desencadeado pela cobrança obrigatória de apostilas para os estudantes e também a possibilidade de cobrança de mensalidades nas universidades públicas<sup>17</sup>. Segundo Pereira:

A greve se caracteriza por um confronto com a instituição universitária a partir da negativa estudantil à cobrança de apostilas nos cursos ministrados no IFCH. Além disso, reivindicava-se mais professores, e instalações adequadas para as aulas já que o prédio do instituto estava inacabado (PEREIRA, 2006, p. 78).

A política nacional reflete novamente na Unicamp e a morte de Vladimir Herzog, em 1975, levou os estudantes da Unicamp a realizarem assembleia com cerca de mil pessoas, da qual tiraram realização de uma missa aberta em repúdio ao acontecimento. Tal missa foi realizada no bairro Taquaral em Campinas, portanto fora dos muros da universidade, e foi observada de perto pelo regime militar na tentativa de intimidar a ação.

Em 1976, os estudantes se voltam para os problemas internos da universidade. As condições precárias do transporte que trazia os estudantes do centro de Campinas para a universidade e a insuficiência de apenas um restaurante universitário, seriam fatores que novamente levariam os estudantes a se reunir e decidir por pula-catracas nos ônibus e no restaurante. Nessas manifestações já haviam sido fundados e participavam das mobilizações

---

<sup>17</sup> O então ministro da educação Jarbas Passarinho propõe a cobrança de mensalidades nas universidades públicas em 1972.

os seguintes Centros Acadêmicos: CAMECC, CAF, DAFEAA, CAB, CABS, CAEQ, CAXD<sup>18</sup>.

Em 1977, o movimento estudantil da Unicamp participou dos Dias Nacionais de Luta, promovidos pelo movimento estudantil geral e dos encontros de refundação da UEE São Paulo. No entanto, internamente o movimento debatia a fundação ou não de um Diretório Central dos Estudantes da Unicamp, culminando na fundação da entidade em 1978.

No ano de 1979, a universidade está imersa numa crise econômica e política, o então reitor Plínio Alves de Moraes se vê enfraquecido, abrindo espaço para uma onda democratizante na comunidade universitária. Assim os opositores no Conselho Diretor<sup>19</sup> da universidade conquistaram espaço para a realização de uma consulta à comunidade acadêmica sobre a escolha do novo reitor. No entanto, pouco antes da consulta, o reitor exonera 8 (oito) conselheiros, dos quais 5 (cinco) eram candidatos à reitoria e opositores àquela administração, além de várias outras demissões, num claro ato de intervenção do então governador Paulo Maluf<sup>20</sup> dentro da Universidade.

Segundo Granzotto, os estudantes tiveram papel importante, junto à comunidade universitária, durante a mobilização contra a intervenção do governador Paulo Maluf dentro da universidade:

Durante a intervenção, de acordo com a documentação da época e entrevistas que realizamos com militantes durante essa pesquisa, os docentes, funcionários e alunos ‘ocuparam’ todo o campus para impedir a invasão da universidade pelos militares e para impedir a entrada dos interventores nomeados por Maluf. Foi uma mobilização que abrangeu toda a comunidade universitária, ou seja, docentes, funcionários e alunos (GRANZOTTO, 2002, p. 58).

---

<sup>18</sup> Centro Acadêmico da Matemática e Computação Científica, Centro Acadêmico da Física, Diretório Acadêmico da Faculdade de Engenharia e de Alimentos, que mais tarde se tornariam 2: CAEA (Centro Acadêmico da Engenharia Agrícola) e CAFEA (Centro Acadêmico da Engenharia de Alimentos), Centro Acadêmico da Biologia, Centro Acadêmico Bernardo Sayão, Centro Acadêmico dos Estudantes de Química e Centro Acadêmico X de Dezembro, respectivamente.

<sup>19</sup> O Conselho Diretor era o órgão máximo de decisão da universidade naquele momento histórico.

<sup>20</sup> Paulo Maluf havia sido nomeado governador biônico pelo governo militar.

No entanto, a consulta para reitor acontece e o mais votado é Paulo Freire, candidato da Faculdade de Educação<sup>21</sup>, com 6.734 votos. Apesar das inúmeras manifestações a favor da posse de Paulo Freire, o nome escolhido pelo governador foi o de José Aristodemo Pinotti, que assume em 1982, apenas o 11º na consulta à comunidade (PEREIRA, 2006).

Passado algum tempo de baixa participação política, a próxima importante luta em que os estudantes estiveram inseridos na Unicamp foi em 1988. Neste ano as Universidades Estaduais Paulistas lançaram a campanha SOS universidade, campanha que trará para o debate além da questão salarial, a questão da autonomia universitária. Nessa campanha aconteceu a greve mais longa da história das universidades paulistas, cerca de 80 dias, houve intensa repressão por parte do governo do Estado, e uma importante participação estudantil.

(...) uma greve que, nos seus 80 dias, conseguiu mobilizar a opinião pública não apenas no Estado de São Paulo, mas de todo o país, na defesa de universidades que concentram no seu interior, 70% da pesquisa desenvolvida no Brasil. A USP, a UNICAMP e a UNESP, através de atos públicos denominados SOS Universidade, articulados por suas entidades representativas de docentes, funcionários e estudantes, conseguiram articular um amplo movimento envolvendo diferentes segmentos da sociedade civil, na defesa de um patrimônio construído historicamente e ameaçado pela insensibilidade e clientelismo de um governo estadual descomprometido com a educação e o ensino públicos (FREITAS, apud GRANZOTTO, 2002, p. 63).

É nesse espírito que a moradia estudantil da Unicamp é conquistada em 1989 e essa conquista só foi possibilitada depois que um grupo de estudantes autointitulados movimento “Taba” ocuparam durante dois anos um prédio de aulas da universidade, o ciclo básico I. Naquele momento a universidade não tinha nenhum programa de auxílio moradia e os estudantes carentes não tinham como se manter na universidade, portanto a necessidade de um programa de moradia.

Na década de 1990 a Unicamp esteve sob a administração de reitores considerados os mais truculentos de sua história. Além de implementarem uma ostensiva terceirização do funcionalismo, as tentativas de mobilização eram duramente reprimidas através de demissões

---

<sup>21</sup> Após a promulgação da Lei de Anistia, muitos teóricos de esquerda voltam ao Brasil. Paulo Freire, também exilado durante a ditadura volta ao Brasil e é convidado para trabalhar na Faculdade de Educação da Unicamp. Ele aceita o convite e rapidamente já se envolve nas atividades políticas que envolve a universidade.

e as tentativas de negociação ignoradas (GRANZOTTO, 2002). Em 1996, houve uma nova tentativa de cobrança de mensalidades nas universidades estaduais<sup>22</sup>, no entanto os estudantes da Unicamp foram à São Paulo, junto aos estudantes da USP e UNESP, manifestar seu repúdio à essa iniciativa e conseguiram barrar essa proposta.

Já nos anos 2000, a comunidade acadêmica da Unicamp, volta a realizar uma grande greve conjunta, por questões salariais, mas também pela defesa da universidade pública e gratuita.

O recente movimento grevista de 2000 das Universidades Estaduais Paulistas por melhores salários e em defesa da universidade pública foi o mais fortalecido de 1988, haja visto que os salários dos funcionários e docentes dessas instituições estavam tão defasados que a qualidade do ensino e da pesquisa poderiam ficar prejudicados. As lutas propiciaram a recomposição parcial dos salários, bem como uma parceria entre docentes, funcionários e alunos em defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade (GRANZOTTO, 2002, p. 70).

O ano de 2003 foi marcado por uma série de manifestações: os estudantes organizaram “pula-catracas” contra o aumento no custo do restaurante universitário; ocuparam um laboratório da Microsoft que havia dentro da universidade, no intuito de denunciar a estreita ligação da universidade com empresas privadas; ocuparam um restaurante desativado dentro da universidade na luta pela valorização da extensão comunitária e contra a extensão paga, tal ocupação ficou conhecida como “SUBA” (Sociedade e Universidade em Busca de Alternativas). Nesse ano houve ainda uma greve nacional contra a reforma da previdência social, na qual os estudantes em apoio aos professores e funcionários também entraram em greve. Este ano, foi marcado por uma intensa agitação social, afinal depois de 20 anos de construção do PT<sup>23</sup>, a esquerda pode ver concretizado o sonho de eleger Lula, no entanto, a Reforma da Previdência já evidenciava o caráter neoliberal desse governo.

Em 2005, o então governador Geraldo Alckmin, veta o aumento de verbas para as universidades estaduais paulistas que há 10 anos recebiam o mesmo valor, 9,57% do ICMS. A

---

<sup>22</sup> Proposta do então governador Mário Covas.

<sup>23</sup> Fundado em 1980 o Partido dos Trabalhadores chegaria a ser o maior partido do Brasil.

greve atingiu professores, funcionários e estudantes das 3 (três) universidades que em uma de suas manifestações de rua foi reprimida pela polícia militar.

No ano de 2006 mais uma vez o ME da Unicamp participou da organização do ME nacional e recebeu mais de dois mil estudantes do Brasil inteiro para o 11º CONEB (Conselho Nacional das Entidades de Base da UNE) e debateu as estratégias, bandeiras e a organização do movimento estudantil nacional para os próximos dois anos. A divisão do ME nacional também refletiu na Unicamp e uma parte dos Centros Acadêmicos também rompeu com a UNE para construir a CONLUTE, já citada no decorrer do texto.

No entanto, por iniciativa do movimento estudantil da Unicamp, foi organizada a FLUCRU (Frente de Luta Contra a Reforma Universitária), que tentou ser uma articulação entre quem estava dentro e fora da UNE, no intuito de fortalecer a luta contra o avanço da Reforma Universitária proposta pelo governo através do PL 7.200/2006<sup>24</sup>.

Em 2007 aconteceu a última grande movimentação política do período estudado. Nesse ano, os estudantes da Unicamp ocuparam a reitoria no intuito de retomar as eleições para a representação discente no Conselho Universitário e na Comissão Central de Graduação, eleição que havia sido retirada das mãos dos estudantes no ano de 2004. Além disso, a moradia dos estudantes da Unicamp estava numa situação precária, necessitando de reforma urgente e também entrou na pauta de reivindicações dos estudantes que ocuparam a reitoria. Essa ocupação foi a primeira de uma série de ocupações de reitoria que aconteceram naquele ano no Brasil e foi um importante passo na construção de uma forte greve contra os decretos do governador José Serra que entre outras coisas, retirava a autonomia das universidades estaduais paulistas. Abaixo segue texto retirado do site do DCE Unicamp:

Você já ouviu falar dos Decretos do Serra? Pois é, no ano passado as mobilizações dos estudantes contra os Decretos editados pelo Governador José Serra estamparam as capas de jornais, revistas e os noticiários da TV. O principal motivo para os estudantes, com os professores e funcionários, se colocarem contrários aos decretos

---

<sup>24</sup> Este PL propunha a legitimação das universidades privadas, defendia o PROUNI (Programa Universidade Para Todos) e expandia as universidades públicas via REUNI (Programa de Reestruturação das Universidades).

foi o ataque à autonomia universitária que representaram. A criação da Secretaria de Ensino Superior, proibição de contratação no funcionalismo público, o fim da autonomia de gestão do orçamento pelas universidades e outras medidas visavam o impor de cima à baixo outro projeto para desmontar a universidade pública (DCE UNICAMP, 2008).

Fizemos até aqui um breve relato das principais lutas do movimento estudantil no Brasil e do movimento estudantil na Unicamp, no intuito de estabelecer um elo entre a conjuntura e a participação política dos estudantes. Passaremos agora a uma discussão mais aprofundada sobre a participação estudantil.

## **CAPÍTULO IV – ME UNICAMP: UMA ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO COLETIVA ATRAVÉS DO MODELO ANALÍTICO PARA O ESTUDO DA CONSCIÊNCIA POLÍTICA**

Durante o primeiro semestre de 2011, realizamos pesquisa de iniciação científica intitulada: “O movimento estudantil e o processo de conscientização política dos estudantes na Universidade Estadual de Campinas”. Deste trabalho foram colhidos dados sobre a visão das lideranças dos Centros Acadêmicos e do Diretório Central da Unicamp sobre três aspectos: organizativos, políticos e de representação. Tais dados trazem informações importantes sobre as visões de mundo destes estudantes que se propõem representantes estudantis. Nesse sentido, objetivamos, nesse trabalho, analisar estes dados através sob a luz do Modelo Analítico para o Estudo da Consciência Política de Sandoval.

Para essa análise, realizaremos primeiramente uma breve descrição dos dados colhidos e posteriormente passaremos a uma análise do ponto de vista das dimensões sócio-psicológicas.

### **4.1 Breve Descrição dos Dados de Pesquisa**

As entidades estudantis no Brasil são tradicionalmente entidades que surgem da associação de estudantes na busca da defesa de seus direitos e de melhores condições de ensino. Na Unicamp isso não é diferente, segundo Pereira, “As mobilizações dos estudantes da Unicamp já ocorriam desde a fundação da universidade, lideradas majoritariamente pelas entidades representativas” (PEREIRA, 2006, p. 62).

Contudo, diante das diversas mudanças ocorridas no seio da universidade e da sociedade é necessário compreender como esses estudantes que estão nas entidades representativas na atualidade (2011) enfrentam essa situação. Nesse sentido, elaboramos essa pesquisa que contou com revisão bibliográfica acerca do tema e a aplicação de um

questionário acerca das percepções organizacionais, políticas e de representação, para que possamos refletir sobre esses diferentes aspectos dos Centros Acadêmicos (CA's) e Diretório Central dos Estudantes (DCE) na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com as lideranças de cada CA e do DCE que foram gravadas e transcritas, posteriormente foram agrupadas para melhor análise de seus elementos.

Assim, dos 29 Centros Acadêmicos e 1 Diretório Central existentes na Unicamp, 22 CA's e o DCE responderam (77%), deixando de responder 7 CA's (23%). Apesar da negativa de alguns CA's consideramos que tendo entrevistado 77% das entidades representativas da Unicamp é bastante significativo não havendo assim prejuízo da pesquisa.

Apresentaremos os resultados de acordo com a divisão proposta na pesquisa: aspectos organizativos, políticos e de representação.

### **Aspectos Organizativos**

1 – Diante da questão “Como se estruturam internamente?”, organizamos as respostas em: organização horizontal, onde não há necessariamente uma pessoa que centraliza as decisões e organização presidencialista, onde o presidente tem o papel de centralizador das decisões. Obtivemos as seguintes respostas:

Organizações Horizontais	12 CA's (52%)
Organizações Presidencialistas	11 CA's (48%)

2 – “Quais as formas que o estudante que não é do CA pode participar?” Para essa questão classificamos as respostas em: espaços de participação abertos a todos ou espaços de participação restritos.

Espaços Abertos	17 CA's (74%)
Espaços Restritos	6 CA's (26%)

3 – “Como se relacionam com outras entidades estudantis, como as Empresas Juniores?” Classificamos as respostas em: relacionamento bom, relacionamento ruim ou um relacionamento indiferente.

Relacionamento Bom	8 CA's (35%)
Relacionamento Ruim	6 CA's (26%)
Relacionamento Indiferente	9 CA's (39%)

4 – “Como se relacionam com outras entidades estudantis, como as Atléticas?” Classificamos novamente as respostas em: relacionamento bom, relacionamento ruim ou relacionamento indiferente.

Relacionamento Bom	13 CA's (56%)
Relacionamento Ruim	5 CA's (22%)
Relacionamento Indiferente	5 CA's (22%)

### **Aspectos Políticos**

1 – A primeira questão colocada para os aspectos políticos foi a seguinte: “Quais os ideários da entidade?” Para essa pergunta a classificação feita foi de acordo a como se vêem politicamente os CA's (“esquerda”, “mercado”, “acadêmico” ou de “integração”), muitos tinham mais de uma visão sobre si mesmos.

"Esquerda"	7 CA's (30%)
"Acadêmico"	18 CA's (78%)
"Mercado"	3 CA's (13%)
"Integração"	11 CA's (48%)

2 – “A entidade atende às demandas estudantis?” Classificamos essas respostas em: sim, não e pouco.

Sim	9 CA's (39%)
Não	8 CA's (35%)
Pouco	6 CA's (26%)

3 – “O que dizer dos estudantes organizados que têm dupla atuação<sup>25</sup>?” Classificamos essas respostas em: esses estudantes atrapalham, esses estudantes são importantes, somos indiferentes a essa questão, ou não temos essa discussão realizada no grupo.

Atrapalha	9 CA's (39%)
Importante	6 CA's (26%)
Indiferente	3 CA's (13%)
Não tem discussão sobre o assunto	5 CA's (22%)

### **Aspectos de Representação**

1 – “Os estudantes reconhecem o trabalho da entidade?” As respostas giraram em torno de sim, não e pouco.

Sim	11 CA's (48%)
Não	3 CA's (13%)
Pouco	9 CA's (39%)

---

<sup>25</sup> A dupla atuação consiste naqueles indivíduos que atuam no partido e também no movimento social.

2 – “As entidades conseguem traduzir as demandas em processos de identificação?”

As respostas novamente giraram em torno de sim, não e pouco.

Sim	6 CA's (26%)
Não	3 CA's (13%)
Pouco	14 CA's (61%)

3 – “De que maneira esses estudantes organizados compreendem a sua atuação?”

Classificamos as respostas para essa questão em motivações individuais e motivações de cunho coletivo.

Motivações Individuais	11 CA's (48%)
Motivações Coletivas	12 CA's (52%)

4 – “Como compreendem a atuação dos estudantes de outras organizações estudantis (Atléticas e Empresas Juniores)?” Para essa questão as respostas foram unânimes em dizer que se trata de motivações diferentes.

#### **4.2 O Movimento Estudantil e sob a luz do Modelo Analítico de Sandoval**

Antes de tudo, devemos afirmar que o Modelo Analítico de Sandoval, não é uma "fórmula mágica", onde encaixamos os dados e encontramos as respostas às complexidades do real, antes disso, esse modelo é um guia para compreendermos alguns aspectos da realidade, em suas dimensões sociais e psicológicas.

Dito isso, retomamos agora um pouco as palavras de Sandoval, quando nos diz que a consciência política é “(...) *processo contínuo de elaboração de visões de mundo, em seus sentidos normativos, pragmático-situacionais e cognitivo-informativos*” (SANDOVAL, 1999 apud SILVA, 2006, p. 22). Nesse sentido, a leitura da realidade é realizada pelo indivíduo a

partir de sua realidade, no entanto as escolhas realizadas por esses indivíduos são determinantes na construção da consciência.

As escolhas desses indivíduos estarão calcadas nas Crenças e Valores Societais, dimensão trabalhada por Sandoval, que está na base da construção das identidades dos sujeitos e diz respeito ao universo simbólico construído pelo sujeito para a leitura da realidade.

Nesse sentido, podemos observar através dos dados coletados uma possível divisão das entidades em entidades de "esquerda", entidades voltadas para o "mercado" e entidades "acadêmicas/integrativas". Essa divisão está baseada na visão que têm de si mesmos e como lidam com as atividades do dia-a-dia da entidade. Tal divisão é proposta para uma melhor análise dos dados, não impede, no entanto que uma entidade tenha mais de uma visão de si mesma.

Das 23 entidades entrevistadas 7 (30%) entidades se vêem como de "esquerda", ou seja, de alguma forma essas entidades têm consciência de que a universidade deveria estar à serviço da classe trabalhadora. Nesse sentido, realizam atividades que questionam o cotidiano da universidade e dialogam com pautas da sociedade.

Por outro lado, 3 (13%) das entidades entrevistadas se vêem como de "mercado", ou seja, acreditam, de alguma forma, que a universidade deve ser voltada para o mercado de trabalho e portanto realizam atividades de promoção da indústria e das empresas em geral. Nesse sentido, acreditam que a função primeira da universidade é qualificar mão-de-obra para o mercado de trabalho.

Num outro sentido, 13 (57%) das entidades entrevistadas, vão se ver como entidades de cunho "acadêmico/integrativo", ou seja, têm preocupações estritamente acadêmicas e voltadas para o interior do seu instituto, não discutindo questões que digam respeito à universidade ou à sociedade. As atividades propostas por essas entidades, no entanto, não

pressupõem o questionamento ao cotidiano e se restringem tão somente às atividades de integração entre os estudantes do instituto.

Ao cruzarmos os dados, podemos perceber ainda que, as entidades "acadêmicas/integrativas" acreditam que os estudantes que têm dupla-atuação atrapalham as atividades da entidade, visto que, estes trazem debates para além dos debates da entidade. A maioria das entidades de "esquerda", no entanto, acreditam que é importante a participação desses estudantes, visto que eles trazem importantes debates. Já sobre as entidades de "mercado" podemos dizer que 100% acreditam que a dupla atuação atrapalha o trabalho da entidade, pelos mesmos motivos das entidades "acadêmicas/integrativas".

Ao analisamos a dimensão de Sentimentos de Justiça e Injustiça, nestas entidades, buscamos analisar através das motivações pessoais dos estudantes para a atuação nas entidades estudantis. As respostas variavam entre sentimentos individuais como "É legal ser o cara do CA!" e sentimentos de coletividade como "É uma maneira de lutarmos contra as injustiças sociais!".

Nesse sentido, as motivações coletivas foram 50% das respostas das entidades "acadêmicas/integrativas"; 100% das entidades de "esquerda" e 33% das entidades de "mercado". As motivações individuais, no entanto, foram 50% para as entidades "acadêmicas/integrativas"; e 67% para as entidades de "mercado".

No exame dos dados no que tange a construção de uma Identidade Coletiva, no sentido de criar um sentimento de pertença nos indivíduos em relação ao coletivo, podemos perceber que as entidades estudantis na atualidade têm realizado algumas importantes mudanças.

Em termos organizativos, elas têm privilegiado o debate e a tomada de decisões em espaço aberto (74%). Isso pode ser interpretado como o favorecimento de uma construção coletiva das tomadas de decisões incentivando o sentimento de pertença ao grupo, permitindo

uma identificação de interesses e construindo sentimentos de solidariedade. Nesse ponto Moscovici e Doise, 1991, nos diz que a discussão e a decisão em grupo favorecem a participação mais ativa dos membros do grupo, e isso com certeza pode ter consequências positivas para a entidade e para o movimento. Além disso, mais da metade (52%) das entidades estudantis já optaram por trabalhar em estruturas mais horizontais, permitindo o debate aberto e a construção coletiva.

De modo geral, as entidades têm buscado construir uma identidade coletiva entre os estudantes, no entanto o reconhecimento do trabalho da entidade (48%) não se converte em processos de identificação (26%) como podemos observar nos dados coletados.

Sobre a dimensão referente à Identificação de Adversários e interesses Antagônicos, no entanto, não é possível, através dos dados coletados, identificar a noção de um adversário visível. Podemos compreender adversário aqui, como o responsável (ou responsáveis) por impedir que os direitos estudantis sejam alcançados acarretando os diversos problemas colocados para o movimento estudantil.

Apesar de algumas entidades manterem relações ruins no exame da relação das entidades com outras organizações estudantis (Atléticas e Empresas Juniores), a maioria das entidades mantêm boas relações com as atléticas e empresas juniores e compreendem a atuação desses estudantes como motivadas por interesses diferentes, porém não explicitam serem interesses em oposição.

Esse fato pode ser explicado pela falta de reflexão das entidades sobre a sua própria atuação e seus problemas e isso acarreta na falta de clareza em relação a quem de fato são seus adversários. Isso tem refletido na relação que esses estudantes travam uns com os outros dentro da entidade e impedem a organização e mobilização contra um objetivo específico.

Nesse sentido, o fato de não se ter um adversário claro não proporciona o estabelecimento da relação "meu grupo de pertença" e "grupo dos outros", conseqüentemente não proporciona a racionalização das atividades diárias e mantêm a rotina cotidiana<sup>26</sup>.

Sobre as dimensões da Eficácia Política e Vontade de Agir Coletivamente, podemos evidenciar que estes estudantes pelo fato de estarem à frente das entidades estudantis já demonstram acreditar em suas capacidades individuais e coletivas de intervir na realidade.

Sobre a dimensão de Metas e Repertórios de Ações dos movimentos sociais, se coloca uma das principais questões a respeito da participação social dos indivíduos. Como combinar objetivos e estratégias do movimento com as aspirações e interesses individuais das pessoas? Essa é uma pergunta complexa que requer um estudo mais aprofundado sobre o tema.

No entanto, é fundamental ao movimento social conhecer as aspirações dos indivíduos, compreender os impactos das transformações sociais modernas no intuito de propor estratégias para atingi-lo e (re)construir uma identidade coletiva que movimente o conjunto dos estudantes.

Pouco se percebe, diante da pesquisa realizada, sobre as metas e estratégias traçadas pelas entidades estudantis. O que se pode afirmar é que as entidades denominadas "acadêmicas/integrativas" tem pouca preocupação em colocar para o debate questões que vão além do superficial e questionam a ordem estabelecida e isso contribui para a manutenção do processo de alienação.

De modo geral, podemos concluir que as entidades estudantis pouco refletem sobre sua condição de parte do movimento estudantil, sobre seu papel nas questões nacionais e se vêm muitas vezes envolto numa posição estritamente voltada para si. Contraditoriamente

---

<sup>26</sup> Como muito bem nos lembra Heller (1972), a falta de reflexão sobre os acontecimentos diários, é terra fértil à perpetuação da alienação.

privilegiam espaços abertos de debate e muitos dos estudantes são movidos por sentimentos de injustiça perante os problemas sociais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciamos esse trabalho procurando compreender a problemática da conscientização sob a perspectiva marxista no intuito desvendar a ligação entre os acontecimentos da realidade e a iniciativa dos sujeitos para a participação social. Nesse sentido, fez-se necessário compreender que, para Marx, consciência diz respeito à consciência de classe e esta só é alcançada mediante a superação da alienação do indivíduo.

Essa superação, no entanto não acontece de maneira espontânea, é preciso provocá-la. Nos partidos políticos essa provocação é feita pela elite revolucionária do partido. No movimento social essa provocação deve ser realizada pelos líderes destes movimentos. Assim PEREIRA, 2006, nos fala que:

Os espaços da universidade ocupam papel destacado como oportunistas de contatos com diversos grupos, ideias e situações que permitem ao jovem assumir posições radicais, sejam de esquerda ou de direita. No entanto, BOURDIEU & PASSERON (1964, apud BRITO, 1968:64) alertam que 'um espaço e tempo comuns não são fatores de integração exceto se seu uso for regulado por uma instituição ou tradição'. Na universidade, tal papel caberia majoritariamente às entidades estudantis (PEREIRA, 2006, p. 25).

Desta forma, é preciso compreender que a entidade estudantil exerce um papel na universidade e na sociedade, pois faz parte do movimento estudantil e pode propiciar espaços de tomada de decisão e de participação dos indivíduos.

Conscientização, no entanto não é simplesmente uma passagem da alienação para a não alienação, mas um produto social que decorre da ação transformadora e possui diferentes níveis e graus. Assim SANDOVAL, define consciência como a constante elaboração de visões de mundo, formadas a partir de aspectos identitários.

Nessa linha buscamos compreender os aspectos identitários envolvidos na história do movimento estudantil no Brasil e seu reflexo na Unicamp e sua constante resignificação. A história de luta do movimento estudantil é parte da construção identitária dos estudantes e é o elo entre o passado e o presente permitindo o estabelecimento de comparações. No entanto, as

comparações devem ser realizadas levando em consideração os diferentes contextos envolvidos.

Diante de todas essas considerações, podemos concluir que as mudanças advindas das políticas neoliberais trouxeram diversos impactos não somente sobre a economia e a organização do país, mas também sobre o aspecto de ideologia neoliberal.

A universidade nesse sentido volta-se cada vez mais para o mercado de trabalho, e exige da sua comunidade um aumento exorbitante de sua produtividade acadêmica. Nunca se produziu tanta pesquisa no país, no entanto, aspectos importantes como a vivência universitária foram perdidos.

É nesse contexto de universidade que revive o movimento estudantil a partir da reforma universitária do governo ditatorial. No entanto, nosso movimento estudantil já não tem forças para reverter essas transformações e sentimentos de individualidade exacerbada e meritocracias são assimiladas por gerações inteiras.

Quais os desafios do movimento estudantil nesse contexto? Essa é a pergunta que as entidades estudantis devem se colocar, tendo em mente que num momento de retrocesso das lutas sociais é preciso refletir reorganizar metas e estratégias em prol de abarcar aqueles que ainda resistem ao individualismo.

Nesse sentido, são válidas as ações de retomada do debate nacional, o resgate da história do movimento estudantil, as diversas lutas democráticas existentes pelo país, entre outros.

O que podemos afirmar com certeza, e a história nos prova, é que o período de retrocesso das lutas sociais pode acabar a qualquer momento e quando esse momento chegar os movimentos sociais precisam estar preparados para enfrentar um período de muita participação social.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTHUSSER, L. Aparelhos Ideológicos do Estado: nota sobre aparelhos ideológicos do Estado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- FREIRE, Paulo. Conscientização. São Paulo: Cortez & Moraes, 1980.
- MARTINS FILHO, J. R. (org.) 1968 faz 30 anos. Campinas, SP: Mercado de Letras; São Paulo: FAPESP; São Carlos, SP: Editora da Universidade de São Carlos, 1998.
- MARX, K. ENGELS, F. Manifesto do Partido Comunista . Porto Alegre: L&PM, 2002.
- MARX, K. Contribuição à Crítica da Economia Política. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- MESQUITA, Marcos Ribeiro. Identidade, Cultura e Política: Os Movimentos Estudantis na Contemporaneidade. Maceió: EDUFAL, 2009.
- MICHELS, Robert. Os Partidos Políticos. São Paulo: Senzala, 1914.
- MOSCOVICI, Serge e DOISE, Willen. Dissensões e Consenso: Uma Teoria Geral das decisões Coletivas. Lisboa: Horizonte, 1991.
- PEREIRA, M. C. Tecendo a Manhã: História do Diretório Central dos Estudantes da Unicamp (1974/1982). 292 p., Dissertação de Mestrado. Campinas, 14 de setembro de 2006.
- SANDOVAL, Salvador A. M. The Crisis of Brazilian Labor Movement and the Emergence of Alternative Forms of Working-Class Contention in the 1990s. In Revista Psicologia Política, São Paulo, v.1, nº1, p. 173-195, jan./jul. 2001.
- SANFELICE, J. L. Movimento Estudantil: a UNE na Resistência ao Golpe de 64. São Paulo: Cortez. Campinas: Autores Associados, 1986
- SILVA, A. S. Marchando pelo Arco-Íris da Política: A Parada do Orgulho LGBT na Construção da Consciência Coletiva dos Movimentos LGBT no Brasil, Espanha e Portugal, Tese de Doutorado, 2006.

VALLE, M. R. 1968 O Diálogo é a Violência: Movimento Estudantil e Ditadura Militar no Brasil. Campinas: Editora Unicamp, 2008.